

lousada  
mf  
R

**5ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA**

**ATA N.º 05/2022**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2022**

-----Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte dois, pelas vinte e horas e quinze minutos, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

-----Às 21h15min, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

**PRESENTES:**-----

**MEMBROS ELEITOS:**-----

1 - Leonel Domingos Rels Vieira da Silva; -----

2 - José Bernardino Pinto Nogueira; -----

3 - João Carlos Pinto Correia; -----

4 - Eduarda Filipa Pereira Ferreira; -----

5 - **André António das Neves Magalhães**, em substituição de **Sandra**

**Maria Leonor Pereira da Silva**; -----

6 - João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; -----

7 - Rúben João Pinto Bessa; -----

8 - Joaquim José Correia Bessa; -----

9 - Maria José Pacheco Meireles Magalhães; -----

10 - Pedro Miguel Amaral Silva; -----

11 - Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira; -----

12 - Vítor Carlos Almeida da Silva; -----

13 - Ana Cristina Leal Moreira; -----

14 - **Antero de Sousa Correia**, em substituição de **Pedro Filipe Teixeira de**

**Faria**; -----

15 - Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; -----

16 - Carlos Manuel Cunha Moreira; -----

lcasta  
ml  


17 - Joana Sofia Pacheco Nogueira; -----

18 - Maria de Lurdes Oliveira e Castro, -----

**PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO: -----**

19 - Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----

20 - **Ana Paula Moreira**, representante legal de **Luís Daniel Fernandes Peixoto**, freguesia de Calde de Rei; -----

21 - Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares; -----

22 - Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macleira; -----

23 - Nuno Daniel de Sousa Ferreira, freguesia de Meinedo; -----

24 - Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde; -----

25 - Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;

26 - António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----

27 - Eduardo Augusto Vilar Barbosa, União das freguesias de cristelos, Boim e Ordem;-----

28 - João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas; -----

----- Verificou-se estarem presentes **28 membros municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores Vereadores Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, Maria do Céu Vieira da Rocha, Carlos Manuel Soares Nunes e Nelson Ângelo Coelho Oliveira e António Augusto dos Reis Silva. --

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**, declarou aberta a Sessão. -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: -----

leed5Tni  


1 - -A Moção sobre “O mau funcionamento da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Lousada”, aprovada na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, foi enviada ao Instituto dos Registos e do Notariado, bem como para a Sra. Ministra da Justiça. -----

2 - -Substituições solicitadas pelos membros efetivos que não podem estar presentes nesta sessão ordinária de 29 de abril de 2022: -----

▪ **André António das Neves Magalhães** substitui o membro efetivo do Grupo Municipal Acreditar Lousada **Sandra Maria Leonor Pereira da Silva**, que comunicou uma ausência de carácter pessoal, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Maria Emília Pereira Teixeira não se encontrava disponível para estar presente na mesma, por razões profissionais; -----

▪ **Antero de Sousa Correia** substitui o membro **Pedro Filipe Teixeira de Faria**, do Grupo Municipal do Partido Socialista que comunicou uma ausência nos termos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro (versão atualizada) e; -----

▪ **Ana Paula Moreira**, como representante legal do **Presidente de Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Luís Daniel Fernandes Peixoto**. -----

3 - -Atas das reuniões de Câmara de Lousada: -----

▪ N.º 09 de 21 de fevereiro de 2022; -----

▪ N.º 10 de 7 de março de 2022 e; -----

▪ N.º 11 de 21 de março de 2022. -----

-----**Pelas 21h18min entraram na sala os seguintes membros:** -----

29 - Ricardo Manuel de Bessa Marques (Coligação Acreditar Lousada);-

30 - Diogo Agostinho Carvalho Aires, Presidente de Junta de Freguesia de Sousela, Coligação Acreditar Lousada e, -----

31 - Fausto Manuel da Costa Oliveira, Presidente da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada. --

lobstho  
  


-----Depois colocou-se a discussão e a votação a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de fevereiro de 2022.

----- Não Havendo intervenções passou à sua votação a qual recaiu a seguinte deliberação: -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade dos membros presentes participantes na Sessão de Ordinária da Assembleia Municipal (n.º 4) realizada a 25/02/2022. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----**Pelas 21h26min entraram na sala os seguintes membros:** -----

32 - Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro e, -----

33 - José Oliveira Nunes, Presidente da Junta da União de Freguesias de Nespereira e Casais, Coligação Acreditar Lousada.-----

-----Depois passou-se à discussão e votação da Moção (subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, sobre a “**Melhoria das Condições do Serviço de Finanças de Lousada**”, que se transcreve: -----

*«O Serviço de Finanças de Lousada encontra-se instalado no Edifício Lousatur, sito na Avenida Combatentes da Grande Guerra 384 -1º andar - LJ 4 a 8 desde há longos anos. Esta solução não se adequa às necessidades da população lousadense, à qualidade dos serviços aí prestados e ao respeito que nos merecem os profissionais que exercem a sua profissão nesse serviço de finanças. O Serviço de Finanças de Lousada está classificado como de 2.º classe quando, em abono da verdade, o volume de serviço/atendimento excede, em muito, o de alguns serviços de finanças de 1.º classe, atento o número de contribuintes, prédios, empresas, entre outros critérios de relevo. Consequência desta categorização e fruto de outras situações, o Serviço de Finanças de Lousada apresenta um quadro de pessoal deficitário, com apenas treze funcionários quando o volume de*

abstrai  
my  
R

serviço exigiria vinte (com um chefe e três adjuntos). Não bastante, desses treze funcionários, dois encontram-se em regime de comissão de serviço, motivo pelo qual a curto prazo deixarão de exercer as suas funções no nosso serviço de finanças, regressando ao serviço de finanças de origem. Dos remanescentes, um funcionário é trabalhador-estudante, com os naturais direitos que lhe estão adstritos e um outro funcionário está alocado ao Centro de Atendimento Telefónico, ou seja, um trabalho de âmbito nacional. De referir ainda que dentro de um prazo expectável de três anos, quatro dos funcionários se aposentarão, não se vislumbrando novas colocações. A par dos recursos humanos deficitários, uma outra questão é motivo de preocupação: as instalações ocupadas pelo Serviço de Finanças de Lousada não são suficientes para fazer face ao trabalho aí exercido, sendo inviável a criação de espaços de BackOffice/FrontOffice que muito auxiliariam à condução de determinado tipo de trabalhos que exigem maior concentração e sigilo, a título de exemplo. Importante, desde logo, a mudança de instalações para um local de fácil acesso a todos os contribuintes, nomeadamente pessoas com mobilidade reduzida, já que as atuais instalações se situam no primeiro andar de um prédio, cujos pisos se encontram interligados por escadas e cujas rampas de acesso são de tal modo íngremes que impedem a sua utilização. São, pois, patentes as lacunas que o Serviço de Finanças de Lousada apresenta, sendo certo que o Município já declarou junto da tutela a disponibilidade para colaborar e agregar serviços numa Loja do Cidadão, mas também cumpre alertar para que os avisos de financiamento disponível para o efeito (nomeadamente no PRR) não são suficientes para comportar o nível de investimento necessário. Nestes termos, propõe a Assembleia Municipal de Lousada ao Ministério das Finanças que tome as medidas necessárias, imediatas e que se atiguem necessárias para: **1) A reclassificação do Serviço de Finanças de Lousada e, em consequência, o reforço dos recursos humanos com novas colocações;** **2) A alteração das instalações do Serviço de Finanças de Lousada para novo espaço, de fácil acesso, nomeadamente a pessoas com mobilidade**

lepsi  
my  
A

*reduzida, e com condições que permitam o cumprimento de um trabalho digno para quem ali trabalha e para os contribuintes lousadenses, promovendo a articulação com o Município para uma solução definitiva e eficaz através da criação de uma Loja do Cidadão. Lousada, 27 de abril de 2022.»*-----

-----**Pelas 21h31min entrou na sala o seguinte membro:**-----

34 - Adelaide Augusta V. Barata Gomes, Partido Socialista.-----

----- **Intervenção do Membro Municipal, Sónia Oliveira, Partido Socialista**

«Excelentíssima senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Eleitos, Público e Comunicação Social. Conforme defendemos na sessão da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro, é da maior pertinência e importância a melhoria das condições do nosso Serviço de Finanças. Como é referido pela Dra. Lurdes. Aqui estamos, pois, para a defesa incondicional dos interesses dos Lousadenses e dos funcionários que aí trabalham que há muito merecem melhores condições quer a nível da organização do espaço, quer seja ao nível do reforço de recursos humanos, que já são mais que sobcarregados. Dizemos, então que o Serviço de Finanças de Lousada se encontra instalado, como todos sabemos, no 1.º piso do Edifício Lousatur, há já imensos anos e que urge alterar, nomeadamente por parte de quem tutela. O Serviço de Finanças de Lousada está classificado como de 2.ª classe quando, em abono da verdade, o volume de serviço/atendimento excede, em muito, o de alguns serviços de finanças de 1.ª classe, atento o número de contribuintes, prédios, empresas, entre outros critérios do relevo. Consequência desta categorização e fruto de outras situações, o Serviço de Finanças de Lousada apresenta um quadro de pessoal deficitário, com apenas treze funcionários quando o volume de serviço exigiria 20 (com um chefe e três adjuntos), causando uma sobrecarga de trabalho a quem efetivamente lá está e inevitável acumulação de trabalho. Não bastante, desses treze

funcionários, dois encontram-se em regime de comissão de serviço, motivo pelo qual a curto prazo deixarão de exercer as suas funções no nosso serviço de finanças, regressando ao serviço de finanças de origem. Dos remanescentes, um funcionário é trabalhador-estudante, com os naturais direitos que lhe estão adstritos e um outro funcionário está alocado ao Centro de Atendimento Telefónico, ou seja, um trabalho de âmbito nacional e que o retira do trabalho necessário ao nível local. De referir ainda que dentro de um prazo expectável de três anos, quatro dos funcionários se aposentarão, não se vislumbrando novas colocações. Como se disse, também as instalações ocupadas pelo Serviço de Finanças de Lousada não são suficientes para fazer face ao trabalho aí exercido, sendo inviável a criação de espaços de BackOffice/FrontOffice que muito auxiliariam à condução de determinado tipo de trabalhos que exigem maior concentração e sigilo, a título de exemplo. Importante, desde logo, a mudança de instalações para um local de fácil acesso a todos os contribuintes, nomeadamente pessoas com mobilidade reduzida, já que as atuais instalações se situam no primeiro andar de um prédio, cujos pisos se encontram interligados por escadas e cujas rampas de acesso são de tal modo íngremes que impedem a sua utilização. São, pois, patentes as lacunas que o Serviço de Finanças de Lousada apresenta, assim como os outros serviços aqui já referidos nesta Assembleia e que também mereceram a nossa aprovação e solidariedade para a sua reivindicação. Sabemos também que o Município tem vindo a exercer um conjunto de iniciativas junto da tutela, mas também tentando criar soluções para que uma nova infraestrutura possa surgir, possivelmente no formato de Loja do Cidadão, mas também sabemos, como já foi explicado pelo Sr. Presidente na sessão anterior, que o nível de financiamento do PRR para estas soluções está aquém do investimento necessário para um serviço criado de raiz com as diversas valências. E por tudo o que acabei de explicar, naturalmente que a bancada do Partido Socialista votará a favor desta moção, expectando que desta assembleia saia uma posição forte e reforçada pela

lousada  
mf  
R

unanimidade quanto a esta necessidade premente do nosso concelho». --

----- **Intervenção do membro Municipal Leonel Vieira, Coligação**

**Acreditar Lousada:** «Excelentíssimo Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora e senhores Deputados, excelentíssimo Público, minhas senhoras e meus senhores. Relativamente a esta moção que hoje aqui nos é apresentada pela Bancada do Partido Socialista estamos completamente de acordo e obviamente vamos votar favoravelmente porque está em causa o concelho de Lousada, as pessoas, as instituições, as empresas. E, acima de tudo o bem-estar da nossa população. Mas queria aqui recordar que na última sessão desta Assembleia Municipal apresentei uma moção idêntica relativamente ao funcionamento da Conservatória do Registo, Civil, Predial, Comercial e Automóvel. A moção foi aprovada por unanimidade e, que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, já nos informou que foi remetida e muito bem, conforme solicitada por nós à Sra. Ministra da Justiça e ao Instituto dos Registos e Notariado. Mas, decorridos mais de dois meses nada se alterou. Aliás a situação ainda está muito pior porque o volume de trabalho na Conservatória continua a aumentar e os recursos humanos são precisamente os mesmos. Recordo que o quadro de pessoal na Conservatória, que deveria ter no mínimo 15 funcionários, tem somente 8, sendo que destes 8, quatro continuam em casa por baixa médica. E nos próximos meses provavelmente vai sair uma das funcionárias e outras vão naturalmente gozar as merecidas férias. Ou seja, o caos e a tragédia na Conservatória vai continuar para prejuízo da população de Lousada e também obviamente para as poucas funcionárias que ali trabalham. Assim, meus amigos como que esta Moção que hoje aqui apresentam e que defende o reforço do número de funcionários e a mudança de instalações siga o mesmo destino: o caixote do lixo do Ministério das Finanças. Mas o estado a que chegou o Serviço de Finanças de Lousada tem responsáveis. Aliás, tem dois responsáveis! O Governo Central e também a Câmara Municipal, na pessoa do atual e do anterior Presidente da Câmara

Municipal, Dr. Jorge Magalhães e Dr. Pedro Machado. Recordo que este executivo Camarário, eleito pelo Partido Socialista, há mais de 32 anos lidera e nestes 32 anos, é preciso dizê-lo que nada fizeram para impedir o estado de degradação a que chegaram os Serviços das Finanças em Lousada. Ao contrário, o PSD há muito que defende, por exemplo a mudança de instalações. Aliás, é público, e a propósito está a entrar é público e até está escrito pelo Dr. Carlos Nunes, atual Vereador da Coligação Acreditar Lousada, que defendemos que o Município construa e concentre os diferentes organismos públicos sediados em Lousada num único edifício. No mesmo edifício entendemos que deveriam estar sediadas as Finanças, a Conservatória, a Segurança Social e outros serviços públicos incluindo obviamente municipais. Eu próprio, enquanto Vereador votei a favor da aquisição do terreno aqui ao lado, na Rua de Santo António e Praça do Pelourinho, para que seja construído um edifício e aí instalados os serviços públicos, estatais e municipais, mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lousada está mais interessado em construir naquele local o novo mercado Municipal, o que não faz qualquer sentido. Construir um mercado municipal aqui, ao lado deste edifício, não tem pés nem cabeça. Espero que não cometam esse erro. Quanto à moção aqui apresentada espero que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada e os dirigentes do Partido Socialista de Lousada estejam à altura para defender Lousada e os Lousadenses junto do Governo da República que até é do mesmo partido. Para terminar quero dizer-vos que a maioria dos organismos em Portugal, em 48 anos de democracia nunca prestaram tão mau serviço aos cidadãos. É uma vergonha! Os funcionários são poucos. A maioria são bem qualificados e competentes, mas muito mal pagos. E, também estão exaustos. Na maioria dos serviços públicos ninguém atende o telefone, não se respeta os cidadãos. Quando se manda um email ou um requerimento para os Serviços públicos, alguns não são sequer respondidos e a maioria demora uma eternidade a ter respostas. No caso concreto das Finanças de Lousada, até a propósito da moção que aqui estamos a tratar. Não

atendem ninguém sem marcação prévia, mesmo agora que acabou o período de covid-19. Para conhecimento, quem hoje quiser agendar um atendimento presencial nas finanças de Lousada, fica a saber que será agendado para o dia 18 de Maio. Ou seja terá que esperar 20 dias para ser atendido. Isto é insustentável para as pessoas, para as empresas e para as instituições. Este, meus amigos é o estado dos Serviços públicos, 48 anos após o 25 de abril!».....

----- **Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Pedro Machado:**

«Muito boa noite a todas e a todos. Naturalmente que me parece muito pertinente esta Moção que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Aliás, já tinha sido adiantada essa possibilidade na última Assembleia Municipal e, portanto, quanto a isso não há muito a dizer!... Agora, este é um daqueles assuntos em que devíamos estar todos na defesa unânime da causa e sem estar agora aqui com ataques políticos completamente primários e descabidos. O Presidente da Câmara é o culpado do funcionamento dos serviços públicos do Estado? Valha-me DEUS!... Acho que nem a pessoa mais distraída e menos conhecedora da realidade vai acreditar numa coisa dessas! Só faltava dizer também que se houver problemas no Tribunal a culpa é da Câmara! Era o que faltava! A função da Câmara é acompanhar, coadjuvar, auxiliar, embora normalmente as câmaras vão muito mais além daquilo que são as suas funções, porque essa responsabilidade devia ter sido acautelada em devido tempo pelo Estado. É público que um dos projetos prioritários para este mandato é efetivamente nós colaborarmos com o Estado na construção de uma Loja do Cidadão para juntarmos esses serviços públicos num espaço adequado, bem dimensionado e com todas as condições. E, portanto, há que, atempadamente, por parte da oposição tentar lançar aqui umas atoardas para dizer: pois é, se fôssemos nós era mais cedo, etc... Já estamos habituados a essa estratégia. Portanto, lamento profundamente a insistência nessa estratégia, segundo a qual tudo de bom que se passa em Lousada o mérito não é nosso, tudo de mau que existe,

Yostu  
M

Independentemente de nós sermos ou não responsáveis diretamente por isso, a culpa é nossa. Já estamos habituados a isso, os Lousadenses estão habituados a essa ladainha e eu, infelizmente, oiço e tenho que continuar a ouvir isto. É o que temos. Mas está mais do que claro, basta ver o nosso programa eleitoral, ou ouvir aquilo que já disse aqui na Assembleia Municipal. Havia uma luz ao fundo do túnel para uma solução imediata que seria uma candidatura ao PRR, mas como foi dito aqui na moção a verba de um milhão de euros é manifestamente insuficiente para nós fazermos um edifício de raiz para o efeito. Sabemos também que este governo tem como prioridade a disseminação desta resposta – loja do cidadão – pelo país. E, por isso, quer seja no PRR, quer seja no Programa Regional Norte 2030, seguramente que vai haver instrumentos de financiamento adequados para se resolver esse problema. É uma situação que está em cima da mesa para se resolver e que para nós é prioritária.

~  
R

----- E, do que se trata hoje é algo que, obviamente, também não é culpa da Câmara, que é o facto de haver poucos recursos que decorre também das classificações que esses serviços públicos têm e aquilo que eu posso dizer relativamente a isso é que, seguramente, podem contar com o meu empenhamento. Todos sabemos o que é que aconteceu desde a última Assembleia Municipal: as eleições legislativas, repetição das eleições para a Europa, tomada de posse, etc. E só há dias é que tivemos conhecimento de quem é politicamente responsável por esta pasta. Agora vamos diligenciar junto de quem tem a tutela sobre a conservatória e as finanças, para o mais rapidamente possível se resolver este problema, reforçando os recursos humanos. Depois dizer que a moção anterior e esta serão encaminhadas para a Agência da Modernização Administrativa, responsável pelas lojas do cidadão, porque o layout que existia para o efeito porventura enferma deste desfasamento da realidade e queremos ter a certeza que efetivamente o espaço que estão a propor, que estão a preconizar é suficiente para esta realidade que nós defendemos de reforço de pessoal e portanto deixo aqui a garantia de empenhamento total para

pressionar quem tem que decidir estas matérias, a decidir a contento dos interesses dos lousadenses, mas isso acho que não legitima ninguém a acusar-nos de que somos os culpados por este problema. Enfim, acho que com esse tipo de argumentação, ninguém vos leva a sério.» -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a Moção sobre a “Melhoria das Condições do Serviço de Finanças de Lousada”, subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

----- **Declaração de Voto do Membro Municipal, Leonel Vieira, Coligação Acreditar Lousada:** «Declaração de voto para dizer o seguinte: que votámos a favor, porque a moção é pertinente, é importante merece obviamente o apoio da bancada da Coligação Acreditar Lousada. Mas como também não poderia deixar de ser é aqui na Assembleia Municipal “olhos nos olhos” que nós temos que alertar, chamar a atenção e dizer quem é que nós entendemos ser responsável pelo Estado a que chegaram as Finanças de Lousada como também chegou a Conservatória do Registo Civil e Predial. É evidente que o principal responsável é o Governo Central, mas a Câmara Municipal liderada pelo Partido Socialista há 32 anos, também é responsável porque nós estamos aqui e sabemos que o assunto nunca foi trazido a esta Assembleia Municipal pela Câmara Municipal e, nunca vimos o senhor Presidente de Câmara atual e o anterior publicamente a defender novas instalações e a defender mais funcionários para a Conservatória e para a de Finanças Lousada. Por isso meus amigos é aqui que eu tenho que dizer aquilo que sinto e aquilo que eu acho que devo falar “olhos nos olhos” senhor Presidente. E, pode ter a certeza que sempre que entender que está em causa o bem-estar da população e o desenvolvimento de Lousada, é aqui que falarei sempre. Eu sei que às vezes não lhe agrada a forma ou o tom ou o conteúdo das minhas

ucast.nc  
Am/

~  
R

Intervenções, mas vai ter que ter paciência porque eu não fujo às minhas responsabilidades. E, eu tenho um papel a desempenhar aqui enquanto membro da Assembleia Municipal e não vai ser o senhor Presidente de Câmara ou outro Deputado Municipal qualquer que me vai impedir de o fazer. Muito obrigado.» -----

-----**Declaração de Voto do Membro Municipal, João Correia, Partido**

**Socialista:** «Eu votei favoravelmente, tal como todos os meus colegas de bancada, porque como é óbvio é uma reivindicação mais do que justa. Não votei favoravelmente porque estamos aqui a tentar encontrar culpados ou estamos a tentar assacar essa culpa à Câmara Municipal que como o senhor Presidente já disse, é só uma imbecilidade dizê-lo porque senão no limite a culpa é de dom Afonso Henriques por ter criado este país. E, deixem-me dizer-vos uma coisa: eu nunca tive problemas em Lousada e quem me conhece, sem qualquer, há muita gente aí a trabalhar em vários sítios, mas eu posso vos dizer uma coisa e há aqui quem o ateste criei uma empresa online no dia 16 de abril, foi parar a Matosinhos, saiu hoje, demorou 13 dias, devia levar menos de 24 horas. Isto não é um problema de Lousada isto é um problema nacional de falta de recursos. A única coisa que nós deputados representantes do povo lousadense, nós Câmara Municipal e Presidência, aquilo que nós podemos fazer é isto: é alertar o Poder Político, alertar o Estado Central para esta dificuldade que feliz ou infelizmente é uma dificuldade de muitos concelhos deste país, não é só nossa, não é só dos lousadenses, é de muitos concelhos deste país. Deixem-me dizer-vos, se calhar até mais nas grandes metrópoles do que propriamente aqui, deixem-me dizer-vos isto. E, portanto aquilo que nós temos de fazer é alertar, porque se formos encontrar culpados, há uma coisa que vos quero dizer: vamos andar aqui a passar a culpa até ao D. Afonso Henriques e, se calhar não é esse o objetivo, nem é essa a pretensão, nem do Partido Socialista quando apresentou esta Moção, nem dos senhores quando apresentaram a Moção relativamente à Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel, nem relativamente a outros serviços dependentes da tutela central, que nós

já aqui falámos no passado e que ninguém me deixa mentir como é por exemplo o caso da Guarda Nacional Republicana. Que acho que ainda nenhum de nós esqueceu que a situação continua igual para não dizer pior, não vou dizer pior, mas continua igual. Ou seja, também não teve um problema? Há falta e carência de recursos humanos, inegável, há falta de verbas para fazer obras de melhoria e as coisas vão-se fazendo calmamente e nós vamos fazer o nosso papel. Estar aqui a atribuir culpas ou tentar atribuir culpas a mim faz-me lembrar um hashtag que é ainda estou em campanha, tenho dito. Obrigada.» -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção dos Grupos Municipais, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, Ana Cristina Moreira, Coligação Acreditar Lousada:** «Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssima senhora Vereadora, Vereadores, Deputadas Municipais, Deputados Municipais, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Público, Comunicação Social, Lousadenses. Primeiramente dizer e ressaltar que a Coligação Acreditar Lousada é totalmente favorável ao apoio que é dado do município às associações de carácter social, cultural, recreativo e desportivo. Contudo não podemos deixar passar o facto de o município atribuir esses apoios de forma desordeira sem se provar de qualquer critério para a sua atribuição. Bem sabemos que as associações têm como despesas a água, a luz, a manutenção de equipamentos, as rendas etc., mas não podemos esquecer que as despesas inerentes e a atividade de cada associação é diferente e por isso desde logo se conclui que não se pode tratar igual aquilo que é diferente. Um exemplo claro são os

lestr  
am  
ne

montantes que foram atribuídos de forma igual aos Ranchos Folclóricos e ao Cais Cultural de Caíde de Rei, sendo que alguns ranchos só até usufruem de instalações do município e por exemplo o Cais Cultural não. Sendo certo que nem esta associação o Cais nem sequer interrompeu a sua atividade em plena pandemia, tendo então acrescido muito mais custos do que outras associações. Já para não falar também que existem associações que nem sequer o Plano de Atividades têm e com base no município recebem o mesmo que as outras associações. Estão a ser tratadas então de igual forma perante as outras. E, no que diz respeito às associações desportivas o concelho de Lousada deveria o município, neste caso, já deveria ter implementado a Carta do Desporto Concelhia como por exemplo o nosso concelho vizinho de Paços de Ferreira já o fez. Para concluir dizer que a nossa intervenção vai no sentido de alertar o município ao estabelecimento de critérios justos e rigorosos para que possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento e crescimento de todas as associações do concelho de Lousada e não só de algumas.- Espero agora que a resposta por parte da Câmara Municipal não seja de que a culpa não é nossa ou a responsabilidade não é nossa e que não seja de D. Afonso Henriques. Obrigada.» -----

-----**Intervenção do membro Municipal, Leonel Vieira, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores deputados. Eu queria abordar aqui uma questão relacionada com o relacionamento entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Como o senhor Presidente sabe eu sempre afirmei que tenho alguma dificuldade em perceber como é possível desenvolver de forma eficaz o nosso território quando o Presidente de Câmara governa o município sem ouvir os senhores e a senhora presumo Presidente de Junta, presumo porque não falei com a senhora Presidente de Junta, por isso não sei a opinião dela. Nunca ouve os Presidentes de Junta na elaboração dos planos e orçamentos mas pior muitas vezes intervêm nas freguesias na construção de equipamentos ou na realização de obras sem dar conhecimento aos senhores Presidentes de

lousada  
~  
~

Junta. E, em termos protocolares os senhores Presidentes de Junta tal como os Deputados Municipais são sistematicamente ignorados, basta ver os últimos acontecimentos, porque ainda estamos no início do mandato espero que o senhor Presidente de Câmara mude a postura na relação com os senhores Presidentes de Junta. Senhor Presidente da Câmara em cima da mesa está em discussão o processo de transferência de novas competências para as Juntas de Freguesia, a propósito deste processo no último Congresso da Associação Nacional de Freguesias, o Presidente da ANAFRE, Jorge Veloso, um autarca do Partido Socialista, afirmou que e passo a citar: *"As transferências de competências dos municípios para as freguesias arrasta se devido à prepotência dos Presidentes de Câmara que preferem delegar em vez de transferir acrescentou ainda que os presidentes de Câmara não gostam de transferir competências preferindo delegá-las porque dessa forma as competências são sempre suas e que há presidentes de Câmara que são contra a transferência de competências."* Assim gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada se se revê nestas palavras proferidas pelo Presidente da Associação Nacional de Freguesias. Mas na realidade aqui em Lousada o processo de transferência ou delegação de competências nas juntas de freguesia também se está a arrastar e não tem havido o diálogo necessário entre a Câmara e os Presidentes de Junta. A primeira e única reunião aconteceu em novembro do ano passado e nada se tratou porque o senhor Presidente de Câmara não estava preparado, não tinha feito o trabalho de casa. Em 5 meses nunca mais o senhor Presidente da Câmara reuniu com os Presidentes de Junta. Recordo que até ao próximo mês de junho as negociações com as Juntas de Freguesia têm que estar concluídas para serem remetidas à DGAL, para que os protocolos possam vigorar a partir de janeiro de 2023. Senhor Presidente da Câmara a pressa é inimiga da perfeição, há pouco tempo para reunir, discutir, decidir e aprovar documentos tão importantes. Pergunto, para quando está prevista a primeira reunião de trabalho com as Juntas de Freguesia? Ainda quanto

aos protocolos, gostaria de relembrar que os 2 protocolos de delegação de competências em vigor com a junta de freguesia ou de obras e melhoramentos e o dos equipamentos escolares quanto ao envelope financeiro que os acompanham os valores que a Câmara contratualizou com a junta de freguesia são como todos sabemos manifestamente insuficientes como podem aqui testemunhar a senhora e os senhores Presidentes da Junta. Mas dos dois protocolos, é no protocolo dos equipamentos escolares que se verificam o maior prejuízo para as Juntas de Freguesia, pois os valores transferidos para as Juntas de Freguesia são manifestamente insuficientes para a manutenção do seu parque escolar, não é por acaso meus senhores que alguns Presidentes de Junta não aceitaram o contrato ou entretanto renunciaram a ele. Senhor Presidente, senhores deputados em referência às competências já delegadas espero que o município reforce as verbas para as Juntas de Freguesia. Quanto às novas competências a integrar nos protocolos a elaborar espero que o envelope financeiro seja consentâneo com as tarefas e responsabilidades a assumir pelas Juntas de Freguesia. Melhor para que tudo seja perfeito e justo basta apenas o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada cumprir com as Juntas de Freguesia de acordo com o que costuma defender junto do Governo Central do Governo da República quando se trata de transferir competências do Estado para a Câmara Municipal. Disse.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, Pedro Amaral, Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de mais cumprimentar a Mesa da Assembleia, o executivo na pessoa do senhor Presidente, os caríssimos Deputados e Deputadas, os senhores Presidentes de Junta, o Público aqui presente e todos os Lousadenses. Antes do Período Ordem do Dia, eu só queria mesmo um esclarecimento, porque desde a última Assembleia que estou com esta dúvida!... Houve algum problema técnico na gravação, no streaming, no carregamento da última Assembleia Municipal, porque de facto a primeira ficou imediatamente disponível a seguir ao streaming e esta demorou vários

dias a ficar disponível. Portanto das duas uma ou houve uma falha técnica e nesse caso eu gostava de saber qual foi? Ou então alguém esteve a revelar, se calhar *frame a frame* para garantir que não havia desabaços e, se assim foi por ordem de quem é que essa revisão foi dada?» -----

-----**Intervenção do Sr. João Correia, Partido Socialista:** «Eu sei a resposta a essa pergunta?! Devo ter sido eu que dei um desabaço na última Assembleia, que devem ter visto isso *frame a frame* para tirar o desabaço que eu dei. Quer dizer, eu já não sei se é do CDS ou do Chega, porque isso é quase uma teoria da conspiração. Pergunto-lhe há de me dar a resposta.»

-----**Advertência da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** - «Desculpe, até agora estiveram a fazer intervenções do lado da Coligação e ninguém interrompeu. Agradeço que mantenhamos a serenidade para que os trabalhos decorram da forma mais correta.» -----

-----**continuação da Intervenção do Membro Municipal, João Correia Partido Socialista:** «Eu não me vou pronunciar relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, acho que isso é uma parte mais técnica que certamente o senhor Presidente saberá responder. Mas, quero falar relativamente à intervenção da Dra. Ana, dizer-lhe uma coisa: Há anos que nós ouvimos nesta Assembleia dizerem o mesmo que hoje aqui disse, há anos... Há anos que ouvimos a Coligação Lousada-Viva dizer isso, agora ouvimos a Coligação Acreditar Lousada dizer isso, antes ouvíamos o Grupo Parlamentar do PSD/CDS-PP dizer isso. E, sempre falhou uma coisa, sabe? Que é o quê? Que é chegarem aqui e dizerem números, demonstrarem aquilo que dizem, aquilo que afirmam, seja nas Reuniões de Câmara, seja aqui, concretizar, perceber!... E, para si não há de ser um conceito abstrato provar aquilo que está a dizer. É, porque efetivamente e nós sabemos isso tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente. Mas precisamos demonstrar aqui que efetivamente o conceito que estamos a aplicar, o que pretendemos defender, se efetiva e, não é isso que hoje aqui veio fazer, ok.

Parece meu, é a minha opinião, a sua poderá ser diferente, mas hoje disse isso relativamente às Associações e às IPSS... Isto para dizer o quê? Da mesma forma que dizem hoje relativamente às Associações e às IPSS, nós já ouvimos aqui não num passado muito distante dizerem o mesmo relativamente às aparências e às distinções que são feitas entre Juntas de Freguesia que são do PS e Juntas de Freguesia que são do PSD ou que são de outra cor política qualquer. E, nunca vêm aqui, nunca nem relativamente a associações, nem relativamente às IPSS, nem às Juntas de Freguesia, nem ao que seja com provas concretas e demonstráveis. E, portanto cara colega Dra. Ana aquilo que eu antecipo é: na próxima Assembleia eventualmente no mesmo ponto vir aqui dizer se efetivamente essa diferença existe e em que termos é que existe. Até porque e digo eu, certamente que o executivo até está aberto para que seja feita uma proposta da parte do vosso Grupo Parlamentar de regulamento, por exemplo para atribuição deste tipo de subsídios que eu por acaso desconheço, confesso a minha ignorância sobre se existe ou não, por exemplo. E, portanto deixo essa dica. E, certamente que muito obrigado, a culpa será D. Afonso Henriques.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, Ana Cristina Moreira, Coligação**

**Acreditar Lousada:** «Espero que isto não seja um hábito, mas venho aqui responder ao nosso caríssimo colega dizer que, podendo ele estar ocupado, eu tive tempo de ler e a prova que me faz está na página 375 da Ordem do Dia, em que tem lá os valores. Aliás, dizendo aqui ao caríssimo colega que para além do trabalho que eu tenho, que certamente todos temos aqui e ainda bem. Eu também tenho trabalho e comprometi-me quando fui eleito portanto estive a ler e está na página 374 e por aí adiante os valores que foram propostos e foi falado em Reunião da Câmara Municipal. E, o que os nossos vereadores da Coligação Acreditar Lousada nunca se referiram ao valor em si, mas sim aos critérios que são dados para cada associação e que não se deve tratar de forma igual aquelas que são diferentes, portanto é isso.»-----

leostu  
m  
J  
M

-----Intervenção de Fausto Oliveira, Presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada: «Muito boa noite. Senhora Presidente, senhor Presidente e restantes vereadores, caros colegas da Assembleia, caros Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social. Eu vim cá, para se “calhar” desanuviar um bocadinho esta pressão, porque tinha saudades aqui do meu caro amigo João e das nossas interpelações mútuas nesta Assembleia. E, eu sempre estive nesta Assembleia senhora Presidente com espírito de discutir coisas sérias efetivamente, mas também sem que nós sejamos tratados como crianças no pré-escolar. E, portanto eu conheço muitas Assembleias neste país incluindo aquilo que é mais comum que são as Assembleias do Parlamento da Inglaterra e é importante também estes apartes e às vezes estas nossas gargalhadas e porque não às vezes algumas palmas quando são merecidas, é só um aparte. Mas agora queria interpelar aqui o senhor Presidente e enquanto Presidente da União de Freguesias ficar um bocadinho perplexo e como hei de dizer, preocupado com a situação das abelhas no concelho de Lousada. Eu realmente estou a ficar um bocadinho preocupado porque de facto tenho visto aí um conjunto de placas que são recorrentes relativamente às abelhas e à proteção das abelhas e eu começo a ver poucas flores, digamos se calhar para a quantidade de abelhas que existe no concelho de Lousada, porque as relvas estão a crescer, mas pelos vistos vieram com poucas flores e portanto a quantidade e o crescimento das relvas está-me a preocupar. Senhor Presidente, agora muito seriamente o concelho de Lousada durante muitos anos e com outros vereadores no pelouro ambiental e no pelouro dos jardins sempre prezaram e Lousada era muito conhecido pelos seus belos jardins, muito sinceramente não acho que esta situação seja o melhor cartão-de-visita que Lousada está a ter, porque a forma, eu acho estando nós no concelho rural, estando nós num concelho com tantos campos verdejantes de muitas flores é completamente descabido esta situação. Portanto, deixo esta achega e deixo esta esta situação de se repensar efetivamente a situação, porque

acho que não é a mais correta como cartão-de-visita para o concelho de Lousada, apesar de se poderem candidatar a prémios e outras coisas muito bonitas, mas são *fait-divers* que efetivamente não interessam muito ao concelho de Lousada.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal João Correia, Partido Socialista:**

«Também li e também tenho acesso à área reservada. Deixe-me só dizer-lhe uma coisa: duvido que sem os tais Planos de Atividades que aqui falou, que sem saber o que é que efetivamente qual a estrutura que essa associação tem; quais os apoios que essa associação já tem ao longo do ano; quais os apoios que essa associação beneficia por parte da Câmara em espécie, por exemplo. Duvido que consiga fazer uma boa análise como se propôs. Se é para irmos ver quem é que recebe 1000,1300,1000,1300, duvido que consiga fazer essa análise e que isso sirva para o seu critério. Mas, pronto eu é que não fiz o trabalho de casa e aceito senhora doutora. É a sua opinião.»-----

-----**Intervenção do Membro Municipal João Fonseca, Partido Socialista:**

«Quería antes de mais cumprimentar a Mesa, senhora Presidente, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros Colegas e Público aqui presente. Eu não poderia deixar passar em branco as palavras do senhor Presidente de Junta quando se refere às atividades que aqui são feitas em termos de ambiente, sem lhe dar aquilo que é o meu exemplo, aquilo que é a experiência que tive recente de ver colegas de trabalho procurar exemplos a nível nacional e internacional para explicarem aquilo que pode ser feito em termos de ambiente. E, eu quando me apercebi disso só fiz uma coisa, peguei no endereço da página da Câmara Municipal e enviei-lhes. Posso-lhe dizer, que a resposta foi uma surpresa, porque aquilo que me dizem é que propostas há muitas, provas dadas como no Município de Lousada não aparecem em muito lado.» ----

-----**Intervenção do Membro Municipal Eduarda Ferreira, Partido**

icasta  
  


**Socialista:** «Boa noite a todos, não tinha tido a oportunidade de dizer a boa noite a todos e cumprimentar todos na pessoa da senhora Presidente da Mesa. Eu vou ser muito sucinta em relação à questão dos subsídios para as associações, só tenho a dizer que de facto há aqui uma questão que é exatamente elogiar. Estamos a falar do município que transfere subsídios fixos, verbas fixas para as associações e é uma coisa que não acontece em todos os municípios deste país. Parece-me que é uma situação de louvar e desde logo me parece que os subsídios são atribuídos, o senhor Presidente logo esclarecerá, mas os subsídios são atribuídos atendendo a diversos critérios e acredito que devidamente fundamentados. E, depois há outra coisa também que não posso deixar de dizer que é eu acho que o município tem uma preocupação transversal a todas as associações e não está preocupado com o facto de uma determinada associação ou de outra receber mais ou menos. Portanto, não é essa a preocupação do município, a preocupação é que estas associações se mantenham, tenham condições para laborar, para exercer as suas atividades e cumprir certamente escopo social que elas têm. Depois, quanto à questão do desporto, obviamente que todas as associações que têm contratos programa, têm planos de atividade, isso não me parece que esteja em causa. Quanto ao senhor deputado Amaral que vem aqui dizer que há cortes de frames, primeiro não me parece que isso seja uma atitude que seja usual da nossa parte. O senhor depois se quiser vem explicar o que é que disse. Não há aqui cortes frames até porque esta Assembleia está a ser transmitida em direto e qualquer pessoa pode ver que ela é transmitida, está a ser transmitida tal qual ela está a ocorrer.» -----

----- **Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Pedro Machado:**

«Antes de começar a responder às diversas intervenções deste ponto, só uma pequena correção, porque já não sei quem foi, mas creio que foi o João Correia que falou na GNR. E, na GNR houve uma evolução bastante positiva. Numas Assembleias atrás, creio que não no último mandato, mas no outro anterior, a Assembleia tomou aqui posições também de

necessidade de reforço de efetivos e isso acabou por acontecer. E, portanto, neste momento, segundo as reuniões que nós temos com o comando, esse assunto dos efetivos não é um problema. Neste momento, o problema é mais na questão das instalações, porque o edifício precisa de algumas obras de conservação. A Câmara já mostrou disponibilidade para colaborar, fazer um protocolo com o Estado e assumirmos nós a obra. Já fizemos uma reunião com o anterior Secretário de Estado, agora mudou a tutela vamos ter que reatar o assunto. A responsável pela pasta é uma pessoa conhecida minha e, portanto, crelo que não vamos ter dificuldade de resolver esse problema a curto prazo. E, já agora, assim como não era culpa da Câmara a GNR ter poucos efetivos, o mérito também não será nosso de ter havido esse reforço. Nós só fizemos aquilo que nos competia que é alertar e pressionar a tutela para a necessidade do reforço de efetivos e é o que vamos fazer nos outros dois assuntos.-----

-----Relativamente à intervenção da Dra. Ana Cristina Moreira, sei que vai ter já aí a bancada a dizer que não se faz, que não se deve dizer isso, mas, pronto, a senhora deputada é nova, ainda não conhece se calhar profundamente a nossa realidade, mas aquilo que lhe posso dizer, é que seguramente que não terá sido por acaso que nós ganhamos as eleições pela margem que ganhamos. E, um dos pressupostos para isso ter acontecido é porque efetivamente nós nunca fomos, nem somos, sectários. Nós temos respeito por todos, nós respeitamos aquilo que é a vontade das pessoas, as diversas fações políticas e respeitamos tudo isso e tentamos que não haja qualquer captura das associações por parte dos partidos e não tem havido problemas esse nível. Embora possa haver uma ou outra associação que possa estar conotada com um partido, por força dos titulares dos órgãos sociais, mas isso não tem sido problema, quer seja do partido A, quer seja do partido B. Nós temos trabalhado com todos. E não tenho memória de haver uma associação ao longo destas três décadas que tenha acusado a câmara de sermos sectários. Nunca fomos. E, se essa acusação existisse, seria seguramente injusta, porque nós tratamos todas as

vostra  


associações de forma igual. Já agora, o estranho é haver algumas associações que estão sempre a ser defendidas pela oposição e basta nós pegarmos no histórico das Assembleias, estão sempre a referir uma ou outra associação. O que eu quero dizer é que seja a associação que for, se houver alguma razão de queixa as associações têm que falar connosco, explicitar as suas pretensões, as suas reivindicações e seguramente que haveremos de encontrar soluções para os seus problemas, como aliás sempre fizemos.-----

-----Relativamente ao caso concreto que falou aqui de haver subsídios iguais para Ranchos Folclóricos e para o Cais Cultural. Nós temos que, por um lado, perceber que há subsídios de diversa natureza e eu presumo que estivesse a referir-se aos subsídios destinados a apoiar o Plano de Atividades das Associações. Efetivamente o ano de referência não foi o melhor, porque sabemos que estamos agora a sair de uma pandemia em que houve pouca atividade, enfim, os Planos de Atividades das diversas Associações não foram assim tão diferenciadores nos últimos tempos. E, para além do que é esse apoio para o Plano de Atividades há depois os apoios específicos para determinados projetos, para intervenções em obras, em função daquilo que forem as necessidades de cada uma dessas Associações.-----

-----Dar nota de que o exemplo que referiu de que umas associações têm custos nomeadamente com as instalações e outras não têm, isso também é válido relativamente ao Cais Cultural, porque é público que quem assume a despesa com o aluguer das instalações do Cais Cultural é a Junta de Freguesia de Caíde de Rei. Portanto não é por aí que terá uma despesa acrescida em termos das instalações. -----

-----E, portanto, o Cais Cultural para que fique claro, é uma associação que merece todo o nosso respeito e a nossa consideração, tem efetivamente méritos muito grandes naquilo que é o desenvolver das suas atividades e para que fique claro, nós não temos aqui qualquer estigma seja qual seja a associação procuramos tratá-las todas de modo igual. E,

vostru  
m  
m

volto a dizer, se alguma delas tiver alguma razão ou pensar que tem alguma razão de queixa, eu agradeço que nos transmitam diretamente para nós podermos, enfim, remover alguma dúvida que possa existir e também não somos donos da verdade, nem somos perfeitos, estamos sempre a tempo de aperfeiçoar. Aliás nesta última leva de subsídios houve uma discriminação positiva muito grande por exemplo na área do desporto em função daquilo que é a realidade de cada um dos clubes em termos de formação, com clubes a terem incrementos nos seus subsídios muito substanciais e este ano não é ano de eleições. E, portanto, estou de consciência tranquila e procuramos melhorar diariamente e é para isso que fomos eleitos, não foi para fazer sempre de modo igual, foi para na medida do possível, melhorarmos o nosso desempenho e é isso que nós procuramos sempre fazer. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Dr. Leonel Vieira, eu diria que não foi só por tratarmos as associações de uma forma correta e equitativa, foi as próprias Juntas de Freguesia. E, nas Juntas de Freguesia ainda é mais evidente, porque é sabido que nós nunca tivemos a pretensão de a todo o custo ganhar em todas as Juntas de Freguesia, porque achamos que quem deve fazer essa escolha de uma forma livre e consciente são as pessoas. E, é isso que tem acontecido, os nossos eleitores em Lousada têm demonstrado uma grande maturidade política ao diferenciar de uma forma categórica aquilo que querem para o concelho, quer seja para a Câmara, quer seja para a Assembleia e para a Junta de Freguesia. E, portanto, sabemos que não é de agora, sempre foi essa a tradição, pelo menos nos últimos 30 anos, de o votar num sentido para os Órgãos do Município não ser necessariamente igual para as Juntas de Freguesia. E, isso só acontece porque efetivamente as pessoas reconhecem que há um clima de respeito e de consideração mútuas entre Juntas e Câmara Municipal. Naturalmente que no período eleitoral é óbvio que todos nós nos empenhamos por ter os melhores resultados político-partidários, mas depois dessa fase temos de trabalhar com quem fica, com

gastu  
M

quem é eleito e respeitar aquilo que foi a vontade das pessoas. E, portanto, eu tenho a consciência tranquila porque nunca discriminamos negativamente qualquer Junta de Freguesia por não ser da nossa cor política e estão aqui os senhores Presidentes de Junta que seguramente podem corroborar isso. -----

-----Depois relativamente ao facto de nós não darmos conhecimento de algumas obras à Junta de Freguesia, pois tem razão, infelizmente isso de quando em vez acontece e não devia acontecer, mas também é verdade que também há muitas Juntas de Freguesia que fazem obras e não comunicam à Câmara, não é por maldade, são melhorias que podem e devem ser implementadas, mas é evidente que nós não temos interesse nenhum de esconder as coisas, são metodologias de trabalho que devem ser aperfeiçoadas, porque efetivamente se as coisas forem pensadas ou partilhadas a tempo dá para acautelar outras nuances que porventura nos possam estar a escapar e sobretudo quando essas intervenções implicam com a vida das pessoas, naturalmente que as Juntas de Freguesia depois têm aqui um papel importante na preparação, na informação da população e quanto a isso nada a dizer. -----

-----Relativamente à questão da transferência de competências naturalmente que aquilo que foi dito naquele congresso da ANAFRE, é verdade, há efetivamente no país um conjunto alargado de municípios que nunca delegaram competências nas Juntas de Freguesia, não sei se atualmente ainda existe, mas efetivamente era uma realidade. Aqui em Lousada nós temos uma prática há muito consolidada de trabalharmos em parceria com as Juntas de Freguesia através de protocolos de delegação de competências, dois protocolos de delegação de competências que aqui foram referidos e portanto no fundo agora o que muda é o figurino legal, muda o espírito, mas há um pressuposto que todos nós temos que ter presente. Este mecanismo da transferência de competências não é um mecanismo de financiamento das Juntas Freguesia. Quem tem a competência e a responsabilidade de financiar as Juntas de Freguesia é o

*Costa*  
*Am*  
*R*

Estado, não são os Municípios, nem o podemos fazer. E, portanto, no fundo a ideia é que a Câmara abdique de fazer ou de levar a cabo algumas das suas competências e transferi-las para as Juntas de Freguesia, transferindo também aquilo que são os recursos que estão alocados ao exercício dessas competências. A isto chama-se um exercício de soma nula que foi exatamente aquilo que o Estado fez com os Municípios, ou seja, em cada uma das diversas áreas, quer seja na educação, na ação social, nas vias de comunicação, etc., o Estado viu aquilo que era a despesa que tinha com cada uma dessas áreas e transferiu para os Municípios. E, agora, enfim, é público os problemas que estão a existir, porque efetivamente por um lado a divisão, os critérios de distribuição desses recursos é questionável e por outro lado chega-se à conclusão de que nalgumas áreas aquilo que o Estado estava a gastar é pouco e no fundo está a entregar aos Municípios aquilo que já era pouco. E, no caso em concreto da transferência das competências do Município para a Junta de Freguesia se houver um aumento de despesa, nós inclusivamente podemos ter problemas com o Tribunal de Contas, porque um dos pressupostos deste dossiê de transferência de competências é que não pode haver um aumento de despesa pública. Portanto, no fundo é pegar, repito naquilo que eram os recursos que nós alocamos às competências que vão ser transferidas e transferir esse envelope financeiro para as Juntas de Freguesia. Isto não quer dizer que não vai haver ajustes, vai ter que haver ajustes. Nós não fizemos uma reunião como o senhor deputado disse, já fizemos uma outra depois a 27 de janeiro e já inclusivamente com algumas propostas e chegamos à conclusão que mesmo assim vamos ter que criar outros mecanismos, outros critérios, porque quando nós fazemos uma análise comparativa com as Juntas de Freguesia, chegamos à conclusão que algumas delas em função da sua dimensão, da sua área, dos quilómetros que têm de vias públicas que há ajustes necessariamente a fazer. E, portanto, seguramente que já assumi isso perante o senhor Presidente de Junta que estou disponível para isso e agora nós temos efetivamente que fechar este assunto. O processo

dastru  
mp  
~  
de

não avançou mais e faço aqui o mea culpa, porque efetivamente os últimos tempos não têm sido fáceis em termos de gestão de tempo, com uma série de afazeres e representações quer da Câmara, quer da própria Comunidade Intermunicipal por causa do PRR e do quadro comunitário que está a fechar e outro a ser construído. -----

-----Por outro lado, dizer que a curto prazo vamos reatar essas reuniões para que efetivamente na próxima Assembleia nós possamos aprovar atempadamente este dossiê. Mas, naturalmente que temos consciência de que não vai ser fácil nós conseguirmos aqui critérios que sejam confortáveis para todos os senhores Presidentes de Junta, porque vocês vão ter a tentação de olhar para aquilo que recebiam e para aquilo que vão passar a receber, uns vão ficar seguramente muito contentes, outros nem por isso, porque vai espelhar um pouco aquilo que é a diversidade de cada umas das Juntas de Freguesia.-----

-----Dar nota também a este propósito, tinha aqui mais algo de importante para vos dizer que entretanto me passou. Outra coisa muito importante é que esta questão da alteração do regime legal é mesmo muito importante. O protocolo de delegação de competências que nós temos tido tem funcionado, mas estão identificados alguns problemas e as Juntas podem identificar alguns problemas e imputá-los a Câmara. A Câmara também identifica alguns problemas que podem imputar às Juntas de Freguesia e temos aí algumas situações muito desagradáveis como por exemplo: acidentes nas vias públicas em que depois se coloca a questão de saber quem é a responsabilidade por esses acidentes. E, desses acidentes pode haver indemnizações avultadas a pagar. E, portanto, nós temos que ter consciência do que estamos a tratar. E, a partir do momento em que haja efetivamente uma transferência de competências também há o assumir de mais responsabilidades, porque depois não pode ser a Câmara a assumir a competência que foi transferida. Relativamente às escolas, houve já mais do que um Presidente de Junta que demonstrou indisponibilidade para que haja transferência de competências no que

castro  
ml  
N

respeita à gestão dos equipamentos escolares. Na reunião que tivemos em janeiro, houve outros Presidentes de Junta que manifestaram opinião contrária. Acho que não vai poder ser muito diferente do que existe atualmente, ou seja, definir um plafond para determinadas obras de conservação e a partir daí se houver intervenções de maior monta, com maior investimento, tem que ser a Câmara, sob pena de nós não sermos justos convosco, nem vocês se sintam à vontade também de assumir uma responsabilidade passando um cheque em branco, porque efetivamente uma colsa é assumir essa competência para pequenas reparações, para substituições de lâmpadas, conserto de fechaduras, disto e daquilo, outra coisa são intervenções de maior monta e tem que ficar bem explícito que tipo de reparações é que as Juntas de Freguesia assumem. E, depois encontrarmos aqui um valor que vocês consideram que seja suficiente e que a própria Câmara e os serviços da Câmara entendam que são suficientes, porque se chegarmos à conclusão que com aquele valor a Câmara pode prestar o mesmo serviço ou com um valor inferior ficamos inclusivamente limitados na nossa decisão, porque em bom rigor não podemos fazer essa transferência de competências. Portanto, tem que haver aqui um exercício de muita ponderação e de muita razoabilidade, estamos disponíveis para isso e vamos seguramente chegar a um consenso.

-----Uma última nota ainda sobre este assunto é que urge resolver isto, mas também não é crítico, porque os protocolos que vêm do mandato anterior foram automaticamente prorrogados e no fundo as Juntas de Freguesia continuam a receber aquilo que já recebiam no ano anterior com uma ou outra exceção no que respeita ao protocolo das escolas, mas no que respeita ao dito protocolo de obras e melhoramentos a situação mantém-se conforme estava no ano anterior.-----

-----Relativamente à intervenção senhor Presidente da Junta de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, compreendo o que disse, porque efetivamente em Lousada esta medida não terá seguramente o mesmo efeito ou a mesma importância que tem num centro urbano. Mas, isto é também um

vestra  
R

sinal, não é pelo ganho em si, em termos de polonização, é sobretudo pelo exemplo e pela mensagem que se pretende passar. Agora, eu próprio ainda hoje falei com Sr. Vereador e está previsto a muito curto prazo começarmos os cortes, como aliás aconteceu no ano passado e no ano passado era ano de eleições e isso não nos preocupou. Agora, que não fique a ideia de que é desleixo, não é desleixo, é uma atitude consciente, mas o que eu acho é que nós vamos ter mesmo que ir por outro caminho, porque não estamos no tempo de ter relva em canteiros, em separadores centrais. O dossiê das alterações climáticas assim o exige, não faz sentido estar a regar canteiros pequeníssimos, a relva deve existir em espaços que possam ser fruídos pela população como é o parque urbano e outros, mas para adorno a relva não é seguramente a melhor solução. Embora do que nós estamos a tratar não é propriamente de relva, mas de prados, às vezes até ervados e portanto têm também muita vegetação espontânea com flores, mas é evidente que não são aquelas flores que vão fazer a diferença para a polonização, sabemos disso como é óbvio, é mais pela mensagem e pelo sinal.-----

----- Isto para dizer o quê? Que está previsto no plano que nós estamos a elaborar para fazer face às alterações climáticas uma intervenção profunda naquilo que é a vegetação e noutros espaços verdes, porque efetivamente temos cada vez mais que escolher as espécies em função daquilo que são as tendências atuais e as futuras que vão ser cada vez mais adversas em termos climáticos. E, preferir espécies que sejam resistentes à seca e no fundo este problema vai acabar. Os agapantos, por acaso não são os meus preferidos, porque com a geada ficam com um aspeto pouco simpático, mas há espécies muito interessantes que fazem o mesmo efeito. E, no futuro, seguramente que não vamos ter esse problema que o senhor Presidente da Junta referiu, porque para quem estiver menos informado, acredito que possa passar uma imagem de desleixo, mas não é isso que se pretende e por isso é que está lá aquela placa informativa.»-----

Castro  
[Handwritten signature]

-----**Pelas 22h43min entrou na sala o seguinte membro:**-----

35 - Eduardo António S. e Castro Taveira, Presidente da União de Freguesias de Cernadelo, Lousada (São Miguel) e Sta. Margarida), Partido Socialista.-----

Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: -

**1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;**-----

-----**Intervenção do Membro Municipal Pedro Amaral, Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de começar queria só questionar a Mesa se posso distribuir um exemplar da Lei das Precedências à Mesa, ao Executivo e à Bancada do Partido Socialista para acompanharem ao longo da intervenção. Ao contrário daquilo que possam querer fazer pensar, eu não dou abebas para o CHEGA, não dou mesmo. Eu considero-me orgulhoso por estar aqui numa sala que conta com os três partidos ou com três dos partidos fundadores da democracia portuguesa e sobre esse aspeto que fique claro mesmo clara minha posição. Venho cá também ainda imbuído até no espírito do 25 de abril, questionar o senhor Presidente da Câmara, na linha daquilo que vem espelhado na informação a propósito de alguns eventos protocolares, aquela que tem sido a meu ver a forma grave e a questão já foi aqui colocada pelo líder da bancada da coligação, designadamente a forma como tem sido gerido a relação entre o executivo e a oposição e em particular os senhores Presidentes de Junta. E, o primeiro ponto que queria deixar nota tem que ver precisamente com as próprias cerimónias do 25 de abril, souberam a pouco senhor Presidente, souberam mesmo a pouco... Mas bom tendo em conta que eu até tinha feito planos antes de receber o convite para ir celebrá-lo uma freguesia de Paredes já ter recebido o convite e poder para estar presente, já foi muito

lcosta  


bom. Para além disso achei genuinamente e também na linha daquilo que disse que o PS como aliás o PSD e o CDS fundadores da democracia fosse dar uma importância maior neste que é a celebração do ano, que ainda não são os 50 anos, mas do ano em que ultrapassamos o tempo de ditadura pelo tempo de democracia. Pelos vistos não, talvez em 2024 ali mesmo a boca das eleições seja diferente. E, de facto todos sabemos qual tem sido o pensamento deste executivo relativamente às últimas eleições e eu só tinha aqui apontado algumas frases da última da última Assembleia, da última palavra há-de sempre ser nossa, o senhor Presidente hoje ainda fez questão de dizer, nós não somos sectários, mas ganhamos por margens largas, respeitamos todos, bom não é bem assim. E, vejamos na linha das suas informações temos alguns eventos protocolares, comemorações da Geminação com a Cidade de Tulle, que penso a todos nos orgulhe, convite de representações dos Membros da oposição do Executivo e da Assembleia, zero. Apresentação de um livro Moinhos de Água em Pias, constante da sua informação, convite ao Presidente da Junta e aos Membros da Coligação nessa freguesia, zero. Apresentação do Centro Interpretativo do Mezio, em Casais convite ao Presidente da Junta e aos Membros da Coligação, zero. E, outros exemplos não faltarão seguramente. A este respeito é triste ter que vir aqui de facto referir que um dos princípios fundamentais assegurados pela Lei do protocolo é precisamente a garantia do pluralismo que obriga não só a presença de os órgãos que compõem essa jurisdição, mas também em casos de representação pluripartidária a representação não só da maioria mas também da oposição, ganhe quem ganhe as eleições, as centenas de eleitores que elegeram cada mandato da Coligação merecem exatamente a mesma dignidade e respeito que os eleitores que elegeram cada um dos Membros do Partido Socialista. E, por isso as perguntas aqui são duas uma para o senhor Presidente da Câmara, se neste tal exercício de poder dos vencedores do qual tem falado este executivo só tem mesmo discriminado os seus opositores políticos ou se este respeito é mesmo institucional e o resto dos Presidentes de Junta e dos

Deputados têm sentido o mesmo. E, outra para a Senhora Presidente da Assembleia se na qualidade de defensora dos interesses conjuntos desta casa está disposta a assumir aqui perante os Lousadenses a defesa de todos os deputados e exigindo a justa representação deste órgão e dos seus membros em todas estes eventos protocolares sempre que seja possível. Por último também no âmbito das informações senhor Presidente queria trazer também a esta Assembleia a questão do Balcão Único do Prédio, dizendo-lhe senhor Presidente que de facto fico outra vez com a sensação de que as coisas em Lousada não se fazem, vão se fazendo e continuamos a ser o concelho pequenino aqui na região. Os senhores apresentam sempre tudo com grande pompa, grande circunstância, mas depois quando chega a hora de fazer as coisas com alguma cabeça, alguns troncos e alguns membros as coisas não desenvolvem, não desenrolam. Andaram anunciar que isto era uma maravilha para todos os Lousadenses, que de facto as pessoas não tinham custos nenhuns para isto e não tem de facto em termos de conservatória, em termos de registo propriamente dito. Agora, ver funcionários da câmara ir com os Lousadenses muitos com matas por essas serras fora, porque de facto somos um concelho rural, cujos marcos já nem se identificam, sem sequer chamar os proprietários confrontantes como fizeram concelhos, eu bem sei a propósito de outros registos cadastrais é certo. Mas tiveram esse cuidado de ir com os proprietários, de ir ter com os confrontantes de tentar arranjar algum consenso entre as pessoas que permitem evitar chatices à frente e nós sabemos que elas existem. E, portanto para além disso ainda a ideia idílica de que de facto alguém que tenha uma mata que já não vai lá não sei quantos anos, que nem sequer sabe onde é que estão os marcos tem que.... Não têm que ser, mas têm meios à disposição que provavelmente permitem às pessoas ir lá sem custos para si, porque uma mata que esteja avaliada em 50,60, 80 euros, se a pessoa tiver que despende de 2000 para ir lá com máquinas e com um topógrafo descobrir onde é que estão os marcos, ora bolas lá se vai a gratuidade do registo cadastral. E, para que também não fiquem dúvidas

lousada  
[Handwritten signature]

eu sou totalmente a favor do registo cadastral e do conhecimento do território, porque de facto um estado ou um município que não conheço ao seu território, está a desprestigiar um dos seus bens mais preciosos. Mas ficam estas dúvidas quer dizer se vão existir sessões de esclarecimento para as pessoas? Se essas sessões de esclarecimento vão pelas freguesias falar diretamente com as pessoas? Se os senhores Presidentes de Junta vão ser chamados a ajudar neste processo? Se os técnicos que estão atualmente com o processo se têm ou foi-lhes dada formação para o efeito? Se eventualmente estão a ir ou não com as pessoas in loco quando há dúvidas fundamentadas sobre as confrontações dos terrenos? E, finalmente gostava de saber que tipo de afluência existiu até agora relativamente a este processo.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal. Leonel Vieira, Coligação**

**Acreditar Lousada:** «Levantar aqui uma questão relativamente ao suposto automóvel, mas se me permitem no seguimento da intervenção do nosso amigo, Pedro Amaral e sobre o tema que ele acabou de aqui abordar de forma brilhante dizer-lhe senhor Presidente da Câmara da minha experiência nesta área que efetivamente o município tem que fazer alguma coisa sob pena do processo do Balcão do Prédio Único ser um problema complicadíssimo para a maioria da dos proprietários de Lousada e isto obviamente na questão da identificação dos prédios. Julgo que é preciso encontrar aqui da parte do Município de Lousada uma estratégia para provavelmente com a ajuda dos senhores Presidentes de Junta com certeza para ajudar a resolver esta questão, porque nós sabemos que para já só têm aderido ao balcão quem precisa mesmo, quem é obrigado a registar um prédio em resultado de uma transmissão, porque por vontade própria poucos lá têm ido, porque o processo é muito complicado, muito dispendioso. O Pedro Amaral falou aqui muito bem, há seguramente prédios que valem muito menos do que o dinheiro a gastar em topografia e em outras questões. Relativamente ao assunto principal que me traz aqui neste ponto a ordem do dia, eu queria referir o seguinte: É público que o

lousada  
m  
v

desporto automóvel em Lousada está a atravessar um bom momento, muitos participantes, muitos pilotos Lousadenses e cada vez mais adeptos. Problema, a pista da costilha não é do Clube Automóvel de Lousada e não tem as condições mínimas exigidas pela Federação Internacional do Desporto Automóvel. A nova pista não sai do papel, se é que alguma vez esteve no papel. No passado com a construção da pista de Montalegre, Lousada perdeu várias provas para aquele circuito, nomeadamente o europeu e o mundial de rallycross. Agora, é público todos sabemos em Baltar está a ser construída uma pista nova, moderna e funcional para as provas de rallycross. Tem, pergunto eu senhor Presidente da Câmara a noção de que outras provas que hoje acontecem no eurocircuito de Lousada poderão ser transferidas para Baltar. Se tal acontecer poderá obviamente estar em causa o futuro do Desporto Automóvel em Lousada da forma como o conhecemos. E, nós sabemos a importância que tem para Lousada o desporto automóvel quer para o turismo, quer para o nosso orgulho que também é importante. Senhor Presidente de Câmara, pergunto-lhe para quando a nova pista de rallycross em Lousada tal como se comprometeu no último ato eleitoral.» -----

**-----Intervenção de Fausto Manuel Oliveira, Presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar**

**Lousada:** «Senhor Presidente, vinha aqui, digamos na linha do que já foi falado sobre as Juntas e sobre os protocolos e as delegações de competências, acrescentei alguns pontos que acho que é importante que esta Assembleia também os conheça, porque se calhar podem não estar bem assentes do assunto. Senhor Presidente sabe que este processo devia estar concluído em 2021, que nós iniciámos negociações em 2019 e depois daí basicamente com a pandemia em 2020 tínhamos uma reunião marcada para 3 de março e a partir daí nunca mais tivemos reuniões. E, de facto da última que tivemos foi digamos eu ia dizer mesmo quase uma mão cheia de nada, porque o senhor Presidente trouxe apenas um mapa das estradas e algumas propostas, mas foram apenas discutidas, concretas

post  
~  
~

efetivas todos os colegas sabem que não foram nenhuma, não é. Portanto, acho que era importante de facto pegar isto com alguma seriedade e como tive oportunidade de dizer ao senhor Presidente no final da reunião, a título particular, que de facto era importante discutir isto com seriedade e com tempo e, só fazer a transferência efetiva a partir de Janeiro de 2023, dando tempo a que este processo fosse bem discutido e fosse bem, digamos negociado entre as Juntas e a Câmara Municipal, porque é um processo de facto sério como o senhor Presidente disse e, com razão há competências que serão assim transferidas acarreta uma responsabilidade acrescida para as Juntas. Mas, eu queria recordar aqui ao senhor Presidente que nós mantemos um protocolo, aliás também chamei atenção disso que é um protocolo tem validade, portanto continua com validade, mas é preciso perceber que este protocolo tem data de 2018. Ora e nós continuamos as Juntas a receber o mesmo valor de 2018, 2019, sem uma alteração no valor acrescido em função destes anos. Ou seja, ao longo destes anos todos e portanto estamos a falar em mais 2021, 2022. E, só para ver, ontem consultei as transferências da DGAL para a Câmara Municipal de Lousada, o que é facto é que desde 2018 até 2022 é o que está programado para o orçamento de Estado para 2022, há um aumento de transferências de receitas de mais 24%, o que corresponde a mais de 3 milhões de euros que a Câmara recebeu, digamos se compararmos de 2018 para agora, não é, portanto progressivamente ao longo destes anos, mas as Juntas não tiveram de facto esse incremento ao longo dos anos e se continuamos adiar esta negociação, continuamos também a ter menos recursos daquilo que devemos ter. Se nós contabilizarmos esse valor corresponde a que nós durante estes 4 anos perdemos mais de 200 mil euros de transferências para as Juntas de Freguesia que deviam ser acompanhadas por aquilo que é as transferências que a Câmara tem recebido, porque como o senhor sabe são transferências de delegação de competências, portanto são transferências da Câmara que delegam nas Juntas e portanto como a Câmara recebe mais dinheiro, esse dinheiro

Ycastrc  
m/

também devia ser transferido para a Juntas, no meu ponto de vista, portanto com alguma razão. Portanto, esse era um ponto que eu gostava de deixar como reflexão senhor Presidente e aos colegas, porque nas próximas negociações, acho que deve estar em cima da mesa uma questão dessas para além dos meandros normais da discussão e das competências aqui ou acolá, portanto isso é uma questão. Outra questão, também aqui foi falada que tem a ver com a situação protocolar, de facto senhor Presidente da Câmara costuma ser muito recorrente que as Juntas e eu falo não enquanto Fausto Oliveira, mas enquanto Presidente de uma Junta que este mandato serei certamente eu, mas no próximo será outro que me vai substituir. Portanto quando nós falamos na questão protocolar do tratamento que os Presidentes de Junta merecem respeito da parte institucional, quer da Câmara, quer de outros órgãos de soberania, é importante que a Câmara não venha com desculpas de esquecimento, porque são muitas as desculpas e são sempre sucessivas e portanto é frequente e o senhor sabe e não quero trazer para aqui, porque acho que era indelicado um conjunto de questões recentes que até teve com a nossa Junta de Freguesia e portanto é importante que haja mais atenção da parte dos serviços municipais e da parte do senhor Presidente até às vezes muito simplesmente alguns discursos onde de facto os Presidentes de Junta são sempre preteridos e quase que não são enunciados. E, portanto em termos protocolares é um respeito que nos merece e portanto que temos que ter um pouco essa consideração. Depois, queria também trazer aqui uma outra reflexão que tem a ver também a reboque disto que é este: a questão das obras e a questão de intervenções. Nós temos um protocolo com a Câmara Municipal, relativamente às obras de melhoramentos nas escolas e pequenas reparações. E, eu vou falar no meu caso concreto que de facto não sei o que é que se passa com os outros colegas, mas quem não se sente não é filho de boa gente. E, de facto senhor Presidente ao longo de vários anos tenho insistido com obras e melhoramentos em várias escolas na minha União de Freguesias e soube há dias por interpostas

Costa  


peças que as obras ia começar na escola da Boavista e o Presidente da Junta não é informado sequer que as obras irão começar. Por outro lado a junta sempre esteve disponível e é quem faz as reparações nas escolas, é muito estranho que há um conjunto de decisões e de processos em que a Junta normalmente nunca é chamada a dar a sua opinião e muito menos e isso ainda é mais grave os responsáveis das próprias escolas que lá vivem e que sabem quais são os problemas reais. Há aqui um conjunto de situações que é importante melhorar para prevenir para que de facto aquilo que seja feito, seja feito com qualidade e com assertividade e que não haja problemas para futuros, porque depois de concluídas umas obras, não se vão recomeçar novamente. E, portanto deixo este alerta ao senhor Presidente da Câmara para que melhore essa situação e que as coisas possam melhorar daqui para o futuro. E, para rematar queria só também deixar aqui uma preocupação também que tem a ver com urbanismo. Eu em 2019 a propósito do Plano de Pormenor da Praça das Pocinhas e do Românico daquela obra de intervenção do Românico fiz uma intervenção e deixei aliás uma altura até com João estávamos a discutir uma Assembleia e depois on-line se tinha ou não feito e de facto eu fiz essa interpelação. E, fico contente que para aquele espaço tinha havido um Plano de Pormenor que é um dos instrumentos urbanísticos que o Conselho tem para definir um conjunto de regras, de condicionantes relativamente ao urbanismo do concelho de Lousada. E, enquanto Presidente de Junta, enquanto cidadão lousadense começo a ficar preocupado, eu sei que é um facto importante a quantidade e o crescimento de construções no concelho de Lousada, mas começo a ficar preocupado se relativamente ao tipo de construção, à volumetria de construção, à quantidade de construção que está a ser feita, se nós não estaremos a exagerar e a cometer erros para futuro. Eu, por exemplo, lamento isso, senhor Presidente peço desculpa que lhe diga, mas isso é uma responsabilidade do Governo Socialista desta Câmara ao longo de 32 anos. O Centro Histórico de Lousada não existe, está completamente descaracterizado, é um erro, é

um erro desta geração, deste tempo em que aquilo que existia, por exemplo na Rua de Santo António, no Centro Urbano principal da Vila e até com um conjunto de construções de prédios. Há dias numa altura no TVS fiz até uma intervenção a discordar daquele tipo de arquitetura para aquele local. – Isso exigia com certeza um Plano de Pormenor muito bem definido para a região urbana, para o centro urbano da Vila, onde um conjunto de características em termos construtivos deviam ser respeitadas com uma regulamentação mais séria, não sei se existe, se existe não parece, mas se não existe acho que era importante o mais rápido possível que exista. Eu conheço outros concelhos em que as obras nos Centros Urbanos em determinadas áreas obedecem a critérios muito rigorosos em termos construtivos até nos materiais empregues. E, portanto era muito importante, sobretudo há ali alguns espaços que nos possam guardar da Memória daquilo que é o Centro Histórico de Lousada, possam ainda ser salvaguardados, possam ser preservados, não quer dizer que não possam ser deitados abaixo, mas que seja construído com uma traça igual e idêntico de utilização de materiais para nos recordar e para termos memória no futuro, porque senão estamos a apagar a história de Lousada, daquilo que os nossos antepassados deixaram.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal João Fonseca, Partido Socialista:**

«Gostaria de fazer uma intervenção, relativamente aquilo que foi dito no âmbito das comemorações do 25 de abril. Eu já referi aqui várias vezes, sempre defendi uma oposição que fosse forte, fosse presente e aí queria salutar a vossa presença e a vossa vontade de participar nesses eventos, nem sempre foi assim. Os convites foram feitos da mesma forma. Os convites foram feitos para a oposição ou para a Bancada do Partido Socialista, para os vereadores da mesma forma. Hoje em dia não se justifica sequer algum tipo de comunicação que se utilizava antigamente, nós temos na página do Município todas as atividades elencadas e algumas mais. Acho que não há necessidade de campanha de porta em porta a anunciar que vem aí novas atividades. Também ouvi falar aqui em questões protocolares e por

um lado fala-se nas questões protocolares e noutro lado fala-se de questões de pompa e circunstância depois que nada se faz. Também deixe que lhe diga que fique de alguma forma confuso, porque não percebo se por um lado se exige mais respeito pelo protocolo e depois se critique que o município só faz as intervenções com pompa e circunstância e que depois não se traduza em nada de sólido. Relativamente à pertinência de uma maior pompa e circunstância para estas, uma maior envergadura destas comemorações, concordo que elas mereciam. Só que também não de concordar que nós vivemos um período de transição e acho que não se devem estar a preocupar com comemorações que estejam a aproximar-se do período das eleições, da mesma forma que se lembram que temos uma data para assinalar que é o período que estamos em liberdade, está a ultrapassar aquele período que estivemos em ditadura, também se aproxima o 50º aniversário do 25 de abril. E, acho que também nessa altura poderemos fazer um conjunto de atividades à semelhança daquilo que tem sido feito noutras efemérides que merecem se calhar durante todo um ano comemorações e não apenas no dia 25 de abril.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal Pedro Amaral, Coligação**

**Acreditar Lousada:** «Só para esclarecer: Eu não pedi pompa e circunstância, eu disse que tem que existir maior respeito pela pluralidade democrática em Lousada e, que os convites devem sim, independentemente de estar ou não disponível na página da do Município. Acho que a dignidade que os Lousadense nos quiseram conceder permitindo-nos ser Deputados nesta casa, também nos permite, penso eu, receber um email para podermos estar nesses eventos protocolares. Segundo não pedi pompa de facto, agora acho que no momento em que independentemente dos 50 anos e por isso é que falei em 2024 e nas eleições, porque é em 2024 que se celebraram os 50 anos. Acho que quer dizer e período de transição estamos aqui todos sem máscara, qual era o problema de termos subido, o senhor Presidente intervinha, intervinha senhora Presidente da Assembleia, intervinham os Grupos, é só isso que eu

costume  
M  
R

peço. E, se calhar, eventualmente já que eram três bandeiras que o Líder da oposição que possa hastear uma, sem qualquer desprimor pela senhora vereadora, mas fica bem, são aquelas coisas que ficam bem que de facto demonstram que em Lousada a democracia é uma coisa que se preza. --

**-----Intervenção do Membro Municipal Gaspar Ribeiro, Coligação**

**Acreditar Lousada:** «Boa noite a todos, excelentíssima Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais e excelentíssimo Público, Comunicação Social se tiver presente. Eu peço desculpa a gente quando vem aqui pode responder quer à nossa bancada quer à do PS. Eu hoje vou responder há minha, que é ao Pedro Amaral tem paciência, mas quando se faz obras numa Junta de Freguesia e não se comunica ao Presidente de Junta e não é por mal, porque é que não se há-de fazer umas comemorações ou uma atividade qualquer protocolar sem se comunicar aos membros da Assembleia ou aos vereadores da Câmara da oposição. Isto é utilizando se me permite e sem ofensa senhor Presidente de Câmara as palavras que utilizou no início da Assembleia, é o que temos, é a ladainha do costume, basicamente é isto. A minha questão que eu queria levantar aqui hoje era muito simples: Senhor Presidente, a Câmara dispõe dos Planos Atividades dos Ranchos Folclóricos de 2021 como está no regulamento de atribuição dos subsídios? Eu queria informar, então se dispõe que vamos apresentar um requerimento formal para consultar os devidos regulamentos da atividade e do plano de atividades desses Ranchos Folclóricos. Muito obrigado.» -----

**-----Intervenção do Membro Municipal João Correia, Partido Socialista:**

«Eu disse que a minha primeira palavra ia ser salamaleico, é o modo de cumprimento dos árabes ou dos muçulmanos e de onde vem a nossa palavra salamaleque que é o que me faz lembrar. Leia aí o artigo 45 desta lei diz assim: "os senhores vereadores da Coligação Acreditar Lousada devem ser convidados a estar presentes e receber um convite oficial para

Castro  
Am  
~  
A

estar presente em cerimónias onde seja aplicado este protocolo relativo às altas entidades públicas”. Esta lei não fala de convites e deixe-me dizer-lhe uma coisa, era o que mais faltava apenas poder participar numa atividade que é pública de comemoração do 25 de abril, que nos permite estar a todos aqui, era o que mais me faltava ficar à espera desse convite. E, digolhe mais só é pena é que não tenham comparecido. Não interessa, ouça até podem ter comparecido em Lisboa, em Lisboa também se comemorou em Paredes, Paços de Ferreira e no Porto, Graças a Deus. Era o que mais faltava, eu ter de receber um convite para descer a Avenida da Liberdade, era o que mais faltava, era o que mais faltava. Relativamente àquilo que o Pedro Amaral aqui disse há uma coisa que eu queria dizer, porque isto às duas por dois até parece uma questão às vezes de salamaleque e dessas coisas, que é o quê? Reparem nisto, nós como representantes do povo lousadense podemos estar nessas cerimónias seja em Lousada, seja em qualquer ponto do país, certo!... Como o Pedro aqui disse, muito bem, todos nós representamos votos de ilustres concidadãos nossos. Mas, há um ponto muito pior e a bíblia até fala, não fales do no cisco no olho quando tens coisas piores. E, quando pessoas recebem o nosso voto, que têm de estar em cerimónias de órgãos, reuniões de câmara, por exemplo, só para dar um exemplo e até se esquecem e decidem ir viajar e nem avisam ninguém e não dão cavaco a ninguém. Aí você já não tem problema nenhum, aí já não há problema nenhum, aí a representação do PSD em resposta aos muitos votos que receberam de concidadãos nossos, aí para vocês que os vossos representantes não estejam presentes e faltem, aí já não há problema, é isso?!... Agora, mas vocês sabem de quem estou a falar, pronto, está bem não há problema. Aliás, é do conhecimento público vasta ver as atas das reuniões de Câmara e ver quem é que falta. E, a seguir é muito simples é pegar fazer duas chamadas e dizer onde é que anda sicrano, a sicrano foi dar uma volta, é muito simples, não vale a pena meus senhores. Vocês quando vem aqui dizer que se sentem rebaixados e vexados, porque não podem... Eu peço que não me interrompam, senão

também vou começar aqui a interromper, eu nunca faço isso. Quando vocês vêm aqui dizer que não sentem que exista verdadeira oposição aqui em Lousada ou possibilidade de vocês fazerem oposição, porque não recebem a "porcaria" de um convite, eu pergunto-vos, porque é que vocês não sentem o mesmo quando têm que fazer representação nos órgãos para os quais foram eleitos e, não pedem essa mesma responsabilidade às pessoas que foram eleitas. O que é que essas pessoas dizem ao seu eleitorado, é a pergunta que eu vos falo. Outra coisa que o Pedro Amaral disse e vou terminar por aqui são só dois pontos. Pedro Amaral veio aqui dizer que: Lousada é um concelho pequenino. E, eu tenho que te dizer uma coisa Pedro, mesmo que fôssemos, chegamos aonde queremos e só não chegamos aonde queremos. Relativamente ao Bupi, há uma coisa que quero dizer e também conhecendo um bocadinho a realidade que é: infelizmente quando herdamos coisas a maior parte das vezes é o grande problema quando estamos a falar de terrenos no meio do mato, mas quando herdamos coisas, não herdamos só as coisas boas não é!... Isso é um espetáculo também herdamos coisas que têm os seus encargos e portanto essas dificuldades são por demais conhecidas e aquilo que nós temos de fazer, olha temos de arcar com isso, porque é uma normalidade da coisa. Se Eu acho que o processo deveria ser aligeirado, porque isto é do interesse nacional, atenção estamos a falar de uma coisa de interesse nacional concordo inteiramente, até porque como é óbvio isto vai levantar outros problemas que é lá está estas pessoas depois não querem limpar o mato, não é! Mas nós depois também temos bombeiros que precisam de verbas orçamentais para ir apagar o fogo para ele não chegar às residências das pessoas. Eu percebo, mas as pessoas em Portugal, concidadãos nossos e quer queiramos, quer não, muitas vezes esta é a realidade concidadãos nossos querem muitas coisas dadas, mas depois as obrigações esquecem-se delas. E é nosso dever de todos nós também alertar as pessoas que há aqui um sentido ético e de cidadania que é preciso fazer cumprir, não apenas relativamente a estes prédios mas

também relativamente à limpeza das matas isso tudo, não é uma questão leviana que nós possamos tratar assim com ligeireza. E portanto acho que a Mensagem deve chegar às pessoas e acho que nós somos agentes públicos, nós deputados municipais, nós não, os senhores Presidentes de Freguesia, eu não, senhores Presidentes de Freguesia devem também passar essa mensagem de cidadania e de instrução entre aspas aos nossos concidadãos de que é preciso também fazer esse esforço.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal Leonel Vieira, Coligação**

**Acreditar Lousada:** «Eu até aprecio as intervenções do nosso amigo João Correia, mas independentemente dos apartes, só quero aqui referir o seguinte e o porquê desta minha intervenção. O João Correia afirmou que os membros da Assembleia Municipal e os Vereadores ou alguns deles faltam às sessões e porque vão para não sei onde, não concretizou e eu quero apenas dizer que o meu caro João as coisas têm que ser ditas e confirmadas não se pode falar de cor. Agora podem ter a certeza os presentes e os Lousadense que os membros da Assembleia Municipal e os Vereadores da Coligação na Câmara Municipal estão sempre presentes nas sessões para as quais são convocadas. E, quando não podem estar presentes fazem substituir que é o caso por exemplo aqui na Bancada do PS, o nosso ilustre deputado João Correia, já vamos para aí na terceira sessão da Assembleia Municipal e apareceu hoje não tem vindo cá, mas seguramente alguém o tem substituído e seguramente também muito bem.» -----

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara, Pedro Machado:**

«Relativamente à questão protocolar aqui referida não só pelo Dr. Pedro Amaral, mas também pelo Presidente da Junta de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, há uma parte em que eu reconheço que têm razão e já o fiz inclusivamente na reunião de Câmara a propósito das comemorações da Geminação de Tulle em que efetivamente houve um lapso dos serviços e depois aconteceu o que aconteceu. Agora, é óbvio que a Câmara tem

todo o interesse, nos eventos que organiza, que esteja o mais possível de pessoas sobretudo tratando-se de representações oficiais e institucionais. Entretanto por força dessa questão das comemorações das Geminações já demos instruções para que efetivamente se altere a metodologia e creio que entretanto já devem ter recebido alguns e-mails com alguns convites. Isto não é desculpa que eu vou dizer para o facto de nós não estarmos a fazer, mas efetivamente no passado havia um registo de muito poucas presenças nesses atos oficiais. Eu vou apenas dar um exemplo e aí houve convite e creio até que na altura até telefonei quando estive cá o primeiro-ministro. É evidente que as vidas pessoais e profissionais de cada um podem não o permitir, mas era normalíssimo, era quase obrigatório, estar presente, mas que eu me lembro não estava ninguém da oposição, ninguém... Poderia estar, quando muito, o Presidente de Junta, já não me lembro. Agora não estava ninguém a representar a oposição e foram convidados de certeza absoluta, portanto isso não é desculpa para depois nós não fazermos os convites que temos que fazer, porque conforme aqui foi dito também temos direito a faltar. E, portanto, eu já assumi relativamente a esses eventos oficiais que efetivamente os serviços têm que ser automáticos a fazer esses convites. Depois há aqui outros que eu já não concordo com isso, ou melhor nem é não concordar, não reconheço que vocês tenham razão. Por exemplo, foi aqui falado na questão da apresentação do livro, aí é daqueles eventos que quanto mais pessoas estiverem melhor e portanto não custa nada e faz todo o sentido que se mande convites para os Presidentes de Junta, para os membros da Assembleia Municipal, para os representantes das instituições, das associações, das IPSS, etc., como é óbvio, mas não há propriamente enfim um ato protocolar necessariamente.

-----Depois foi falado, por exemplo aqui na inauguração do Moinho de Casais, vocês sabem que é verdade o que estou a dizer, nós temos mais que fazer de que inaugurar coisas. Sabem que não há grandes tradições aqui em Lousada de fazer inaugurações?!.. Quantas e quantas obras fizeram-se, iniciaram-se e nunca foram inauguradas. E, obras de grande

relevo como por exemplo estou a lembrar-me da requalificação da EB 2/3 Lousada Centro. Não quer dizer que de quando em vez não se deva fazer, mas no caso em concreto não houve uma inauguração oficial. Reconheço que aquilo que for eventos oficiais do Município que devemos, e aí faço "mea culpa" e já demos indicações aos serviços para melhorarmos esse registo que acontecia com muita normalidade e frequência há uns anos atrás e que depois foi-se perdendo esse hábito, mas tem razão nesse aspeto e vamos seguramente ou já estamos a fazer de modo diferente, -----  
----- Quanto à questão do 25 de abril, aí já não será tão simples quanto isso, a questão é, ficamos satisfeitos com este tipo de comemorações? Eu próprio confidenciei com a vereação e não só que nos parece muito pouco. Tenho falado com muitos colegas também para ver o que é que eles têm feito e o que não têm feito e aquilo que sentia relativamente às cerimónias oficiais, quase todas as Câmaras estão a abandoná-las e porquê? Porque no fundo vamos estar a falar uns para os outros. Aliás, lembro-me que nós fizemos creio há três ou quatro anos atrás aqui uma cerimónia e estávamos cá nós eleitos e de público não sei quando estaríamos dois, três ou quatro, se estivessem. Portanto, o que acho e muitos colegas com quem tenho falado sobre o assunto, o último até foi o Presidente de Gaia, é que estão a preferir ações de rua, comemorar na rua com as pessoas, porque se não estamos a fazer algo para nós próprios e não é isso que se pretende, não é... E, se efetivamente nós queremos que haja uma participação efetiva da população nas comemorações temos que pensar em atividades na rua, sejam elas quais forem que possam de algum modo implicar e fazer com que as pessoas participem. Na reunião de Câmara por exemplo, o vereador Manuel Nunes que hoje não pode estar, referiu que uma prática que era antiga, que era aquele Festival dos Rancho, é uma das atividades que queremos reeditar e outro tipo de atividades, porque efetivamente aí estou de acordo. Hastear bandeiras e o breve apontamento musical da banda é manifestamente insuficiente estamos de acordo, portanto estamos a tempo de pensar no que fazer no

10/05/2021  
R

próximo ano. E, depois a seguir temos então os 50 anos que têm que ter necessariamente uma abordagem diferente, um destaque maior, mas ano a ano creio que temos que melhorar estas comemorações, mas sobretudo com esta preocupação na minha opinião de integrar as pessoas nessas comemorações. E, creio, não tenho nada contra se acharem que é importante nós fazermos uma sessão pública aqui na Assembleia fazemos, mas os discursos não vão ser muito diferentes daqueles que foram há três ou quatro anos atrás e de ano para ano com uma mudança ou outra não vai fugir muito daquilo. É isso que interessa fazer? Não me parece. Parece-me o que interessa mesmo fazer até que ponto é que nós podemos fazer com que este processo seja participado, este processo de comemoração num acontecimento tão importante. E, creio que essas ações de rua poderão ser bem mais assertivas. -----

-----Relativamente ao balcão único eu também tomei nota aqui, agora é evidente que pode ter sido dito noutra contexto que não este, mas foi dito pelo deputado Pedro Amaral, "*continuamos a ser um concelho pequenino*". Eu também escrevi, não foi só o João que ouviu e disse mais "*somos um concelho rural*", pronto nem uma coisa nem outra. Temos ainda uma marca de ruralidade que eu acho que nunca devíamos perder, mas não somos um concelho rural, muito menos um concelho pequenino, como é óbvio. Este processo do Bupi, não vai ser a solução para todos os nossos problemas seguramente e vamos desenganar-nos desde já se acharmos que através deste processo nós vamos ter a delimitação de todos os prédios com rigor, não vamos, nem aqui, nem em lado nenhum. Já foi aqui dito que alguns dos proprietários nem sabem quais são os seus limites. Se eles próprios não sabem, é a Câmara que vai saber ou o técnico do Bupi que vai saber ou Presidente de Junta? Pode ajudar, mas eles próprios não sabem os limites e se os vizinhos não os ajudar a saber quais são os limites, depois temos o problema dos diferentes quanto às limitações, que é outro problema. E, portanto a ideia do bupi não é essa, não é de fazermos o levantamento cadastral já referenciado com todos os limites do grupo, não é, porque isso

é uma tarefa impossível, é de localização de prédios. É evidente que se o proprietário tiver esse detalhe tanto melhor, mais perfeito fica e portanto vai ser um processo de contínua melhoria. A ideia é basicamente aproveitar este instrumento para fazer o registo nessa plataforma para que efetivamente o prédio fique localizado e as entidades públicas fiquem aqui com uma ferramenta importantíssima na gestão do território nomeadamente para efeitos dos incêndios, porque muitas das vezes a nossa grande dificuldade é saber quem são os proprietários de determinado terreno e o senhor Presidente sabe que é verdade apesar de vocês terem maior proximidade que nós, vocês próprios têm essa dificuldade. Mas naturalmente que não vai ter nem aqui nem em lado nenhum esse detalhe em todos os prédios de termos aqui os limites corretos. Aliás tanto assim é que segundo dizem, se somarmos todas as áreas que consta das matrizes prediais o concelho esticava e de que maneira, portanto só por aí se vê que há aqui desacerto entre aquilo que é a realidade das matrizes e aquilo que é a realidade dos prédios. -----  
-----Depois se os técnicos tiveram formação? Claro que sim. Se tem tido muita afluência como disse aqui o Dr. Leonel? A afluência é evidente que é pouca, mas vai aumentar à medida que as pessoas precisam mesmo, porque agora se os prédios rústicos não estiverem participados no Bupi não se pode fazer transmissões, não se pode fazer escrituras. E, assim, tendencialmente este processo vai crescer. Está previsto num segundo momento de haver um trabalho concertado com as Juntas de Freguesia, porque vai ser fundamental, mas isso já está previsto no processo e não é só aqui em Lousada. Aliás, nós não estamos a inventar nada, nós estamos a seguir aquilo que é a matriz de quem superintende este assunto e vamos fazer exatamente aquilo que está previsto e que nos foi solicitado. E, neste momento estamos a falar de uma fase de arranque, mas depois numa fase mais de cruzeiro vamos ter que ir para o terreno para as Juntas de Freguesia e fazer aqui um trabalho colaborativo e participativo. -----  
-----Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, se as provas que

se fazem em Lousada poderão vir a passar para Baltar? Não creio. Aliás, neste momento um dos problemas que a modalidade do desporto automóvel tem é a falta de locais com boas condições para a prática da modalidade. Há muito poucas pistas no país, algumas com fraquíssimas condições e, portanto, não podemos ver um problema em tudo. Eu acho que até faz falta mais pistas no país para que efetivamente a modalidade seja cada vez mais fortalecida.-----

-----No caso em concreto, as provas nacionais naturalmente que mesmo que possam vir a existir em Baltar continuarão a existir em Lousada, como é óbvio. O rali de Portugal também. A questão que podem colocar é se podemos ser ultrapassados na procura, na fixação de outro tipo de provas internacionais? Aí o que eu vos posso dizer é que mesmo com as condições atuais da pista há uma possibilidade de nós voltarmos a ter aqui o campeonato europeu. Foi feita uma inspeção recente por técnicos da FIA e o Clube Automóvel e o Município já têm conhecimento das alterações que é necessário introduzir para que efetivamente a pista seja certificada para provas internacionais. O problema que ali existe não é tanto as melhorias que têm que ser feitas na pista, mas sobretudo o horizonte temporal suficiente para que se faça esses investimentos sem que haja problemas com os proprietários. Como sabem a pista é privada. E, neste momento estamos a falar, a negociar com um dos representantes desses proprietários para ver se conseguimos chegar a um acordo com um horizonte temporal que nos permita apresentar uma candidatura para o europeu e isto não preclude a outra necessidade de nós procurarmos uma solução definitiva que muito provavelmente passará por uma solução noutra local, porque o local onde a pista se encontra tem essa particularidade de ser privado, são terrenos com aptidão construtiva, os proprietários têm expectativas elevadas em termos de valores numa possível alienação e por outro lado tem uma limitação muito grande de espaço para aquilo que devemos preconizar num investimento avultado e não faria sentido nós estarmos a fazer um grande investimento para

ficarmos remediados e para ficarmos limitados no acesso a todas as provas que podemos legitimamente almejar, porque por exemplo um mundial já não teria condições para se fazer ali, porque só em termos de paddocks o espaço é brutal que é exíguo e está fora de causa naquele local. Nós encetamos negociações com outros proprietários vizinhos para ver até que ponto é que era possível trabalhar naquela área, mas não temos sido muito bem-sucedidos nessas abordagens que fizemos e não está fácil gizar uma solução que não passe por outro local e à medida que o processo se for desenvolvendo, vou dando nota quer à vereação da Câmara quer na Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta, que não houve alterações nos valores desde 2018, nem creio que pudesse haver ou talvez se calhar se tivéssemos previsto uma fórmula no acordo de execução. Nós estamos a tempo, agora nesta nova negociação de retificar, isso faz sentido que haja uma disposição no contrato para que as atualizações sejam automáticas em função de determinado índice que seja previsto. Mas já demonstrei a vontade de haver aqui um incremento nesta nova negociação e por isso creio que vamos chegar a uma solução para esse problema. -----

-----Depois, se é verdade o que disse que houve um incremento de transferências para o Município, também é verdade que houve um incremento de responsabilidades, porque por exemplo na educação há aqui um conjunto de transferências que também vão gerar despesa, mas, sim, é justo dizer que houve um aumento de receitas, não só FFF, que efetivamente aconteceu nos últimos anos e que era uma aspiração do concelho já há muito tempo. -----

-----Relativamente à questão protocolar creio que já respondi, também não tenho problema nenhum de o assumir aqui publicamente, porque já o fiz também com o senhor Presidente da Junta que numa atribuição do nome duma Praceta, ali junto ao Conservatório, devíamos ter pedido parecer à Junta de Freguesia, não fizemos e depois já assumimos essa falha

e que com certeza que isso não irá voltar a acontecer.

----- Relativamente às obras de melhoramentos nas escolas, aí já não aceito a crítica, porque acho que todas as pessoas sabiam, quantas e quantas vezes já falámos disso aqui na Assembleia Municipal. Aliás, esta obra só peca por tardia, porque já estava prevista nas candidaturas da eficiência energética. Já disse aqui não sei quantas vezes que as candidaturas da eficiência energética acabaram por cair e que depois submetemos novas candidaturas, aliás tivemos que alterar a estrutura que existia em termos de mapeamentos no programa regional para que efetivamente conseguíssemos financiar estas obras através dos equipamentos educativos. -----

-----Eu creio que se não foi na última, foi na penúltima Assembleia Municipal que disse que estavam previstas grandes intervenções nos equipamentos educativos, não só na EB 2,3 de Caíde que como sabem já está em obra, mas também vamos iniciar a muito curto prazo, porque já pelo visto do Tribunal de Contas, as intervenções nas E.B. 2/3 de Lustosa e Nevogilde e que para além disso estávamos também com concursos públicos em fase de preparação para intervir numa dezena de outras escolas. -----

-----E no fundo este projeto já existe há alguns anos e como disse só peca por tardia e aquilo que nós fizemos neste momento foi atualizar orçamentos e avançar com os procedimentos. E isto é tão válido para esta escola como para mais dez que estão referenciadas. O que não invalida que a partir do momento em que os serviços sabiam que já havia uma adjudicação pudessem e devessem dar nota à Junta e aí dou-lhe razão nessa parte, agora não pode dizer que desconhecia que a obra ia se fazer. O timing da execução, sim, mas isso nós normalmente fazemos, claro, até porque isso tem que ser mesmo assim, sob pena de a Junta poder fazer uma intervenção que depois vai ficar prejudicada pela intervenção de fundo. Nisso, é óbvio, estamos de acordo. -----

-----Relativamente ao urbanismo, ao Plano de Pormenor parece que o

2023/2025  
M  
A

nosso Plano de Pormenor é dos poucos do país, se não o único que chegou ao fim conforme chegou o nosso, porque normalmente eles não passam do Diário da República, porque o nosso Plano de Pormenor implicou ali um reparcelamento profundo da propriedade. Mas essa é que é a grande dificuldade dos planos de pormenor é a sua execução, porque no fundo o que é que aconteceu ali? Os proprietários colocaram literalmente os terrenos que tinham nas mãos da Câmara, a Câmara fez obras e reparcelou e vai entregar uma coisa diferente, vai entregar lotes e há sempre aquela tendência de nós acharmos que estamos a ser prejudicados face ao nosso vizinho, há sempre comparações que se fazem, são processos muito difíceis, muito dolorosos e por isso é que ele demorou, não sei mas para aí uns seis anos, creio eu, porque já andamos a negociar isto há muitos anos e não foi nada fácil, mas conseguimos. E, portanto, o plano de pormenor efetivamente tem esta virtualidade de disciplinar o uso do solo, mas depois na sua execução é muito difícil, sobretudo quando implica reparcelamentos como é o caso. O que o senhor Presidente defendeu, creio, é uma coisa mais simples que é no fundo com mais detalhe daquilo que se pode ou não se pode fazer em determinada parcela do território. Isso já existiu, por exemplo com o Plano de Urbanização que tinha mais detalhe do que tenho o PDM e efetivamente se os edifícios não forem classificados, nós não temos grande margem para impedir que os mesmos possam ser demolidos. E, mesmo a questão da demolição eu também partilho dessa ideia de que não devíamos desvirtuar muito o casco mais histórico, mais urbano, mas também há quem diga que se assim fosse nós não teríamos evoluído, nós enquanto sociedade, não estou a falar de Lousada e até porque alguns dos edifícios pouco ou nenhum interesse arquitetónico têm, é mais a referência histórica sobretudo para quem é de local, para quem tem ali vivências, para quem tem memórias, é um assunto que não é fácil. Depois os proprietários têm expectativas, também não podem ser prejudicados pelo facto de terem os seus terrenos no centro e é uma questão de bom senso e de procurar soluções que de algum modo

articulem aquilo que são as expectativas legítimas dos proprietários, mas também que não resultem em soluções do ponto de vista urbanístico que sejam erradas. Apesar de tudo, acho que Lousada é um exemplo a esse nível e é reconhecido pelo menos fora de portas. Eu não sei a que exemplo é que estaria a referir-se, o último caso é ali no início da Rua Visconde de Alentém, não sei se é esse caso ou não. Enfim, já ouvi alguém a defender a preservação daquele edifício. Será que aquele edifício que lá existe do ponto de vista arquitetónico tem algum interesse para além da memória? Não me parece. Um outro caso é aquele edifício aqui ao lado do Pelourinho que a Câmara adquiriu. Justifica-se manter aquele edifício num novo projeto ou é melhor pensar numa coisa de raiz, mais moderna? Lá está, é a rua Santo António, a rua mais histórica que temos. Cada caso é um caso, o problema é que cada cabeça sua sentença, pelo que nós vamos ter sempre opiniões para todos os gostos. Agora o que eu acho é que tem havido um equilíbrio. E efetivamente havendo algo que se justifique mesmo preservar há instrumentos próprios que é classificação. E quanto ao património mais valioso ele está classificado, ir mais além tem vantagens, mas também tem inconvenientes, mas sim é uma discussão que podemos ter e que vamos ter seguramente no âmbito da revisão do PDM. Eu estava aqui a lembrar-me que há um outro projeto da Santa Casa, daquelas duas habitações que existem na Rua de Santo António. Eu não consigo entrar naquelas portas, tenho que me baixar para não bater lá com a cabeça. Até que ponto é que se justifica manter aquele edifício? Não me parece. E, por isso é que nós tivemos um trabalho de concertação com o projetista daquela obra no sentido de haver ali uma solução, que de algum modo vai buscar um pouco daquilo que era a linguagem dos edifícios existentes. Embora haja arquitetos que acham que isso é uma má opção, porque depois nem é antigo, nem é moderno, é uma coisa híbrida, esquisita. É uma área muito complexa. -----

-----Por fim aqui o Dr. Gaspar Ribeiro disse que ia fazer um requerimento a pedir o Plano de Atividade do Rancho, presumo que está nos serviços e

com certeza que o vamos facultar. E, aguardo depois a sua análise crítica de cada um desses Planos Atividades das atividades do folclore.» -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal apreciou a Informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 35 membros.-----

## 2. Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; -----

-----A Câmara Municipal de Lousada submete para apreciação à Assembleia Municipal de Lousada, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----**Intervenção de Fausto Manuel Oliveira, Presidente de Junta da União de freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente, sobre esta questão, só uma coisa muito simples. Nós nas Juntas temos sempre muitos problemas com os inventários de caminhos, estradas, etc., digamos com a titularidade e a propriedade e, era importante de uma vez por todas avançar-se nesse processo, porque não digo mais, o senhor já sabe, é importante avançar com isso.» -----

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara, Pedro Machado:** «Aqui o senhor Presidente levanta uma questão que é pertinente, mas não é a varinha de condão para os nossos problemas. Vai ajudar se nós tivermos um cadastro atualizado? Vai ajudar, porque haverá um processo de consulta pública, de participação pública, as pessoas podem pronunciar-se ou não. Basicamente o que senhor Presidente está a referir é a utilidade que terá

Leostri  
M  
R

um documento que condense tudo aquilo que é do domínio público, que são estradas e caminhos municipais. -----

É evidente que relativamente àquelas vias públicas que têm aparência de tal, ou seja que têm infraestruturas públicas, que estão pavimentadas, que têm água, que tem saneamento, que têm iluminação pública, que já existem assim com aquelas infraestruturas há mais de 20 anos, ninguém vai colocar dúvidas, porque se colocarem é fácil, quanto mais não seja por usucapião, é público. -----

O grande problema é naquelas situações em que esses atos de posse são mais recentes ou então a dúvida maior quando se trata de caminhos em terra batida sem qualquer infraestrutura e que um ou outro proprietário considera que é público, mas quando na defesa do público acaba por dizer que é de servidão, porque ele próprio nem sabe muito bem qual é a diferença entre a servidão e o caminho público. -----

E, nesta matéria há uma disparidade de opiniões, de sentenças inclusivamente. -----

Eu acho que já referi isso aqui nesta Assembleia em mandatos anteriores, estou-me a lembrar de um caminho que existia ali em Nogueira perto da autoestrada e da Junta de Freguesia, passava lá pelo meio de uma vinha. A Junta de Freguesia na altura entendia que aquele caminho era público porque as pessoas desde sempre por lá passaram, era um caminho com muita utilidade pública, que satisfazia muita necessidade para a Freguesia, efetivamente era. -----

E, o assunto foi parar a tribunal e, em primeira instância, o Tribunal Judicial de Lousada considerou que o caminho era público e, para que os caminhos sejam públicos nestas circunstâncias, sem qualquer título aquisitivo ou sem qualquer ato de posse, têm que cumprir dois pressupostos. Têm que existir desde tempos imemoriais como será o caso da maior parte desses caminhos. Portanto, caminhos que existem desde sempre que há memória, desde os nossos antepassados, dos nossos avós, bisavós, já ninguém se lembra como é que aquilo nasceu basicamente. Mas, isso não

castro  
~  
sk

basta, tem que se provar que eles estão afetos a fins de utilidade pública. E, aí a que a porca torce o rabo, porque a prova é muito difícil, sobretudo quando se trata de caminhos em que se pode alegar ou contra-alegar que o único interesse que aquele caminho tem é para encurtar distâncias face às vias públicas que existem na envolvente. -----

E, foi exatamente o que aconteceu naquela situação em que depois houve um recurso para a relação, a relação manteve a decisão e considerou que o caminho era público, mas depois o Supremo reverteu e decidiu que o caminho não é público, é um atravessadouro e nos termos da lei os atravessadores foram abolidos e este caminho não é público. -----

A única solução que nós tivemos na altura, porque efetivamente era mesmo uma necessidade, foi irmos para uma expropriação e mesmo na expropriação, o expropriado podia impugnar o ato da declaração de utilidade pública, porque podia considerar aproveitando aquela argumentação do próprio acórdão do Supremo que a utilidade pública no caso poderia não ser assim tão manifesta, mas resolveu-se pela via da expropriação. -----

E, no fundo quando nós tivermos um cadastro atualizado de todos os caminhos, que no fundo vai ser pegar no trabalho que foi feito a propósito da toponímia. Foi um trabalho que se fez no pressuposto de que aqueles caminhos que lá estão são públicos, mas os senhores Presidentes de Junta sabem que há um ou outro em que há dúvidas, em que vocês próprios têm dúvidas, até foram executivos anteriores que deram o nome, temos uma coisa que é verdadeiramente fabulosa que é na nossa toponímia um ou outro nome de caminho particular de não sei o quê. Ora, se tem o nome de particular, se calhar não é público ou então o nome não foi muito feliz, portanto é mesmo uma matéria muito difícil. -----

E, no fundo o que este cadastro vai fazer é despoletar novamente a discussão, mas não vai resolver todos os problemas, porque o cadastro não é lei.-----

E, das duas uma, ou há acordo ou então quem não concordar tem que

*Handwritten signature and initials*

recorrer a tribunal, e há instrumentos próprios para isso. Só o Tribunal é que tem mesmo competência em última instância para decidir se efetivamente os caminhos são públicos ou são particulares.» -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, com a presença dos 35 membros presentes na sessão. -----

### 3. ----- **Prestação de contas referente ao ano de 2021;**-----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da prestação de contas do ano de 2021, nos termos e para os efeitos previstos na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas (C & Ribas Pacheco), em cumprimento do n.º 1 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

----- **Intervenção do Membro Municipal Gaspar Ribeiro, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Esta Prestação de Contas que nós é apresentada relativa ao ano de 2021, reflete a maior ou menor percentagem de execução do plano e orçamento aprovado de resto apenas pelo Partidito Socialista. Isto é: estas são as contas relativas aquilo que sozinhos definiram, aprovaram, executaram desde logo no plano e orçamento de 2021. E, neste contexto cabe-nos a nós, deputados eleitos pela Coligação Acreditar Lousada, apenas fazer uma análise cuidada e atenta das mesmas. E, por isso desde já declarar por estas razões o nosso sentido de voto abstenção pelos factos que acabei de referir. Apesar, disso,

importa evidenciar um conjunto de dados de resto objetivos quer do lado lado orçamental da receita, quer do lado orçamental da despesa que nos parece importantes nesta análise, de forma muito breve, muito concisa e muito rápida. Do lado orçamental da receita importa referir que a diferença de valores entre o orçamentado, isto é, entre o previsto e o executado é de milhões. Isto é: A receita total cobrada de 35.27 milhões de euros, dos 48.25 milhões de euros de receita corrigida traduz-se uma taxa de execução total de 73.1%. Aliás, está no relatório de gestão, não estou a inventar nada. A execução da receita de capital é muito baixa, 38,3%, isto é, com uma dotação inicial de 15 milhões 958 mil 973.70 euros e uma execução de 6 milhões 111 mil 097.08 é caso para dizer que nesta matéria a dotação de receita capital prometeu muito e deu muito pouco. Já no que concerne à execução de receitas correntes no valor de 29.15 milhões, o município conseguiu aqui superar o previsto, isto é, executou 101% a destacar que para atingir este valor de execução, o município cobrou em impostos diretos mais 21.3% do que aquilo que tinha previsto. Em impostos indiretos mais 12.8% do que aquilo que tinha previsto. Em taxas e multas mais 10.3% do que aquilo tinha previsto. O que permite facilmente concluir que do lado da receita o município tem beneficiado bastante da dinâmica da atividade económica. O mesmo é dizer da cobrança de impostos diretos, indiretos, taxas e multas. Errado está ou tem errado nas previsões da execução dos Fundos Comunitários, o mesmo é dizer o adiamento de obras projetadas e de resto prometidas. Do lado da despesa total paga 34.35 milhões, uma execução de 71.2%. No que concerne a despesa corrente uma execução de 90.9%, atingindo pagamento na ordem 23.45 milhões. Já no que concerne à despesa de capital um execução apenas de 48.5%, atendendo que beneficiou do acréscimo da receita corrente que permitiu pagar despesa de capital. Salientar o aumento de passivo, acho que é importante sobretudo o aumento passivo a curto prazo que passou de 4 milhões 856 mil 206.07 para 6 milhões 619.668.22. Já no que diz respeito ao valor da dívida total de 13 milhões 426.992.98, fica ainda felizmente muito aquém do

Fausto  
~  
R

permitido por lei. Por último salientar que no ano de 2021, o município apresenta uma evolução dos indicadores orçamentais financeiros piores do que dos 2020. Eu julgo que tem a ver com o peso na diminuição da receita de capital e naturalmente com a baixa relativamente ao que estava proposto e previsto de cobrança, digamos assim de receitas de capital. Naturalmente que não parece preocupante, mas é importante realçar quer o indicador de liquidez geral, quer de liquidez imediata, quer solvabilidade, quer de autonomia financeira, sobretudo ou de liquidez imediata e de financeira diminui bastante e de forma considerável. Esta é a análise das contas. Podemos aqui depois perceber como já aqui hoje foi dito em ano de eleições a onde é que se gastou mais, a onde é que se gastou menos. Mas, nós sabemos muito bem a onde é que a sociedade se mobilizou com mais motivação e com menos e portanto percebemos onde é que se gastou mais, a onde é que se gastou menos. O que é importante aqui é perceber uma coisa que eu gostava de perguntar ao senhor Presidente de Câmara que é: Eu sei que a cobrança de receitas de capital tem muito a ver com o adlamento sucessivo ou com o problema dos Fundos Comunitários, mas era importante percebermos porque o erro é muito grande, ou seja, era preciso explicar se puder, porque nós estamos aqui a falar de uma margem de erro muito grande. Eu se calhar entendo, mas acho quem nos vê e ouve em casa devia saber. E, por outro lado também há aqui uma questão que me parece importante que é: Já hoje aqui foi falado e referido pelo senhor Presidente de Junta, Fausto Oliveira na questão de atualização de transferências, efetivamente tem havido e bem e felizmente um aumento de receitas das transferências. Mas também como aqui está dito, relativamente às receitas correntes, nós assistimos aqui e podemos verificar com a dinâmica da economia que temos conseguido ter um aumento significativo das receitas correntes. Isso é bom, na minha perspetiva. Agora, acho que o senhor Presidente hoje aqui poderia e devia dar a sua perspetiva sobre aquilo que se pode fazer com este tipo de aumento significativo de receitas, porque nós durante muitos anos

passamos a atividade autárquica sempre em tempos difíceis. Este é sempre o discurso, são tempos muitos difíceis, temos circunstâncias muitos difíceis, temos que definir prioridades e eu concordo com isso tudo. E, portanto a partir deste momento em que já não se aplica tanto a “*história do sol na eira e da chuva no nabal*”, é tentar perceber aqui para futuro podermos a manter-se este tipo ritmo de receitas, podemos ajudar os nossos cidadãos e mais potenciar cada vez mais a captação também de novos cidadãos para Lousada, de novas empresas para Lousada e de nova dinâmica para Lousada.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal Eduarda Ferreira, Partido**

**Socialista:** «A prestação de contas deste executivo vai, felizmente e novamente, na senda de todas as anteriores, sendo reveladora de um elevado sentido de responsabilidade, rigor e boa gestão do erário público, com um elevado grau da execução das receitas correntes que permitiu exatamente o pagamento das despesas da mesma natureza, o que conduz o município a uma gestão cada vez mais sustentada. Relativamente ao ano de 2021, o rácio da independência financeira situou-se nos 39,4%, acima do índice médio dos 308 municípios registado em 2020 que era exatamente 36,4%. No que toca à aplicação dos recursos financeiros, verifica-se que, em 2021, as «despesas de funcionamento» corresponderam a 60% do orçamento do município, não ultrapassando o peso das «despesas de investimento» que representaram cerca de 25% do total dos gastos municipais. Efetivamente, a maior parcela dos recursos financeiros do município, equivalente a cerca de 11,5 milhões de euros, destinou-se a despesas com encargos com pessoal, seguida da aquisição de bens e serviços correntes e com a aquisição de bens de capital. No entanto, há que realçar que os encargos com o pessoal, embora tenha sofrido um acréscimo em relação ao ano anterior continuamos com uma linha descendente no que concerne ao peso médio desta despesa, despesa total paga. Sendo que em 2021 foi de 33,6% inferior em 1,6 pp em relação ao ano anterior, sem esquecer naturalmente os aumentos salariais

que também tiveram peso neste resultado. Em termos de natureza económica, a receita arrecadada em 2021 pelo município rondou os 35,2 milhões de euros, como já aqui referi correspondente às «receitas correntes» 82,6% deste valor. Efetivamente a receita total cobrada representa, pois, uma execução de 73,1%, não alcançando os 85% devido à execução exatamente das receitas de capital que se situou nos 38,3%, justificada sobretudo (certamente o Sr. Presidente explicará melhor) pelo atraso no financiamento de algumas candidaturas e dos respetivos empréstimos associados. Constatamos que o ano de 2021 foi um bom ano de coleta fiscal, tendo sido cobrados em impostos diretos, indiretos, taxas e licenças, mais de 8,9 milhões de euros, revelando o crescimento do peso do setor imobiliário no município, motivo de particular orgulho para todos nós, revelador da grande mobilidade de pessoas para o nosso território. Da análise aos dados de 2021, é possível constatar, ainda que o município arrecadou, conforme se disse durante este ano económico, receitas correntes suficientes para pagar as despesas da mesma natureza, gerando assim uma poupança corrente positiva de mais de 5,6 milhões de euros. O que significa que continuamos a financiar despesa de capital com receita corrente. Relativamente aos índices de liquidez e solvabilidade sofreu um aumento, mas plenamente justificado pela aquisição de terrenos como é o caso da zona de acolhimento empresarial de Caíde de Rei e a Quinta de Vila Pouca e, como tal, é uma dívida com muito valor económico, que aumenta os ativos do município e que, no caso da área de acolhimento de Caíde vai gerar receita com a alienação. A nossa percentagem de independência financeira é equilibrada e permite-nos conciliar uma política fiscal amigável das empresas e das pessoas com uma disponibilidade para continuar a investir nas pessoas e nas nossas infraestruturas e isso é de louvar. Naturalmente que, se o Município de Lousada tivesse uma fraca execução dos fundos comunitários, se não tivesse capacidade de endividamento, se aplicasse derrama e se aplicasse a taxa máxima de IMI, seguramente ultrapassávamos a percentagem de

50% de independência financeira. Mas não é isso que desejamos para Lousada e para os Lousadenses. No entanto há que ter o equilíbrio nas contas e também não podemos deixar de cobrar determinados impostos diretos, indiretos, taxas e multas caso contrário não se consegue fazer obra tal como até foi aqui reivindicado hoje pela Bancada da Coligação. São, pois, umas contas na senda daquilo que vem sendo apanágio deste Executivo, com rigor, com boa gestão, com o devido balanço entre os gastos e as receitas, sem perder oportunidades importantes para a continuação do crescimento de Lousada. E, por isso e naturalmente votamos a favor.» -----

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Pedro Machado:**

«Depois desta intervenção da deputada do PS, eu não me quero tornar repetitivo, porque basicamente ela disse praticamente tudo que eu tinha aqui para dizer. -----

E, por isso, acho que vou dispensá-los dessa maçada de me tornar repetitivo. Não obstante, eu queria dar aqui duas ou três notas, a primeira relativamente ao que disse o deputado Dr. Gaspar Ribeiro. É verdade que há aqui um desfasamento grande na execução da despesa e da receita de capital e isso tem que ver com a questão do atraso que houve na execução dos fundos comunitários. Isto é um problema que não é só de Lousada, é geral. Só para terem uma ideia, ainda há bocadinho referi a questão daquelas intervenções numa dezena de escolas. Ora, estávamos a aguardar a aprovação das candidaturas há quase um ano. E enquanto não houver todas as condições para se avançar com as obras, temos que aguardar, tem que haver cabimentos e como são obras avultadas, sem os 35% previstos nas candidaturas, não podíamos avançar, porque não temos recursos próprios para tanto. E, por isso só depois das aprovações das candidaturas é que nós podemos promover a contratação pública, e nem sempre a contratação pública é tão célere como nós desejaríamos. Depois nos processos de maior valor temos que aguardar os vistos do Tribunal de Contas. Há um encadear de procedimentos que depois se o primeiro

reestr.  
M  
R

atrasar atrasa tudo o resto e basicamente tem que ver com isso. -----

----- Se nós quiséssemos apresentar a prestação de contas com taxas de execução acima dos 85% era muito fácil. Nós chegávamos ao final do ano e fazíamos uma revisão de acordo com aquilo que já sabíamos que íamos fazer, ou não fazer, e agora tínhamos aqui taxas de execução diferentes, mas isso era um formalismo que acho que não interessa, até porque não é grave, nem há consequências para a baixa execução de despesas de capital. E, ela é baixa porque nós efetivamente tínhamos um orçamento muito ambicioso, como é óbvio, e é assim que tem que ser. Portanto, seguramente que agora neste ano vai ser diferente até porque como sabem no próximo ano fecha este quadro comunitário, está previsto em junho, temos as obras todas adjudicadas, coisa que não acontece nalguns municípios, pelo que me dizem alguns colegas que estão com essa dificuldade. -----

----- Continuamos a viver tempos muito difíceis, mas por circunstâncias diferentes, é que agora os preços são completamente diferentes daquilo que eram há meia dúzia de anos. E, muitos dos municípios que estão com essa dificuldade estão a ver-se com este problema de abrirem concursos e ficarem desertos, terem que subir as bases, não terem recursos para fazer face a isso. No fundo, este aumento que houve nas transferências para o município serviu também para acomodar esses incrementos que houve nos orçamentos. O último de grande impacto foi o concurso público para o fecho de redes de saneamento, a nossa previsão inicial era de 1 milhão e meio e abrimos esse concurso há largos meses atrás e ficou deserto, subimos a base para 2 milhões, imaginem mais de meio milhão, para não corrermos o risco de voltar a ficar deserto e comprometermos a tal cadeia de procedimentos para se avançar com a obra e conseguimos adjudicar por 1 milhão 800 e tal. Essa obra já está adjudicada e já tem visto pelo do Tribunal de Contas e também vai começar nos próximos dias. Está tudo a postos para que efetivamente agora, nesta reta final, se consiga atingir a execução pretendida de fundos comunitários. Basicamente tem que ver

com isso,-----

-----Depois saudar aqui um registo de grande evolução na Bancada do PSD e do CDS, da Coligação, porque aquilo que nós ouvíamos repetidamente nos últimos anos era que a situação económico-financeira do município era crítica, e que não fosse os fundos comunitários o município basicamente não teria dinheiro para mandar *cantar um cego*, porque tudo aquilo que era receita corrente era absorvida pela despesa corrente. Isso não é verdade, eu vou passar a ler a intervenção do senhor vereador Dr. Leonel Vieira, no dia 21 de junho de 2021, *“Volvidos quase 32 anos de gestão do partido socialista neste Município, continua em cima da mesa um problema crónico: as receitas correntes são praticamente absorvidas pelas despesas correntes. Não fora a “santa união europeia”, leia-se fundos comunitários e muitos empréstimos bancários a pagar em 15 anos com dois de carência, e o Município de Lousada não teria qualquer condição financeira para manter os equipamentos existentes, muito menos para construir novos equipamentos, nem para realizar qualquer obra extraordinária. Espero que os novos autarcas bem como os decisores políticos no País saibam encontrar novas formas de financiamento para os Municípios, e já agora financiamentos que não signifiquem mais carga fiscal para os contribuintes.”*-----

-----Ora, nunca foi assim, como aliás as outras prestações de contas o demonstravam e como aqui foi bem evidenciado. Nós estamos num registo cada vez melhor de aumentar a poupança corrente, ou seja, nós estamos cada vez mais a financiar despesa de capital com a receita corrente e isso é excelente, ótimo e contraria completamente as vossas informações.-----

----- Naturalmente continuamos a ter uma independência financeira que não é das melhores, mas também isso era de fácil resolução, ou seja, se nós não abdicássemos dos impostos que abdicamos e só no último ano foram 2 milhões 259 mil euros, ou seja, 250 mil euros no IRS, 1 milhão 469 mil no IMI e se tivéssemos a DERRAMA pela estimativa que temos, pelos dados que as finanças nos deram estaríamos a falar de meio milhão 539 mil euros,

portanto total de 2 dois milhões 259, portanto íamos aumentar, e de que maneira, a nossa autonomia financeira. E, por outro lado se não fossemos ambiciosos, se não usássemos de uma forma criteriosa e responsável a nossa capacidade de endividamento e se não fôssemos a tudo o que é fundos comunitários para financiar as obras estruturantes que são necessárias para o município, aí baixaríamos seguramente a nossa dependência financeira, mas não estaríamos a prestar um bom serviço à população. E, portanto, basicamente o que eu posso dizer é que a gestão desta Câmara Municipal continua a recomendar-se e Lousada pode orgulhar-se de para além de continuar a ter uma Câmara de boas contas, de ser cada vez melhor. -----

----- E, já agora, respondendo também ao desafio que o Dr. Gaspar Ribeiro aqui colocou, o que fazer então com este cenário? Bom, nós também não passamos do 8 para o 80 e não vivemos em tempos de facilidades e porquê? Porque, efetivamente somos muito ambiciosos e, por isso, a resposta para as suas perguntas está no orçamento e no PPI, que foi aprovado. Estão lá aquilo que nós pretendemos fazer com a nossa situação económica/financeira e mesmo assim posso dizer-lhe que temos muitas outras realizações que estão na fila de espera, porque há uma coisa que nós nunca fizemos que é fazer despesa sem ter cabimento. E, portanto, à medida que haja disponibilidade orçamental e os senhores Presidentes de Junta sabem todos que quando falam comigo, eu digo sempre que se não está previsto no orçamento, temos que ver se conseguimos acomodar isso para o próximo para o próximo ano. E, portanto, não faltam coisas para fazer. Importa é efetivamente continuar com esta política de responsabilidade porque efetivamente os desafios presentes e futuros são grandes, nós vivemos tempos de grande incerteza, como sabem, por todas as razões, e não sei até que ponto esta subida de preços vai estabilizar ou não. Vêm aí tempos muito difíceis, aliás já estamos a viver tempos muito difíceis e felizmente esta nossa situação económica ou financeira dá-nos aqui o conforto de encarar estes desafios do futuro com mais otimismo e

com mais esperança.»-----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por maioria, com 24 votos a favor (22 PS + 2 Coligação Acreditar Lousada) e 11 abstenções (Coligação Acreditar Lousada), aprovar a Prestação de Contas do Ano de 2021, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas (C & Ribas Pacheco), em cumprimento do n.º 1 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). -----

-----**Declaração do Membro Municipal Leonel Vieira, Coligação Acreditar Lousada:** «Dizer que absteve nesta votação. Mas, queria referir uma vez mais que apesar da abstenção, não quero deixar passar a oportunidade para dizer ao senhor Presidente da Câmara que apesar do aumento de receitas ocorridas no último ano, resultado da situação económica do país e, principalmente do concelho em termos de construção, onde sim as receitas têm sido maiores dado rumo construção que está a acontecer aqui Lousada, dizer-lhe senhor Presidente de Câmara que a esmagadora maioria das obras levadas a efeito pelo município, bem como as construções efetuadas pelo município o seu pagamento é feito essencialmente à custa de financiamentos bancários, a empréstimos a 15 anos com 2 de carência e com fundos comunitários provenientes da Santa União Europeia como referiu e muito bem.» -----

-----**Declaração de Voto do Membro Municipal Gaspar Ribeiro, Coligação Acreditar Lousada:** «Eu queria declarar que me absteve também. Só reiterar ainda mais um fator ou dois. É, que efetivamente concordo na íntegra o que disse aqui o Dr. Leonel Vieira, mas queria ressaltar o seguinte:

lcastro  
m  
~  
D

registro  
M  
~  
AL

Primeiro, agradecer ao senhor Presidente da Câmara por trazer à colação aqui algumas das nossas intervenções, é sinal que o preocuparam no passado, agora pode estar mais à vontade, porque os impostos melhoraram, as receitas foram subindo e sabe muito bem que nós tínhamos alguma razão ou tínhamos razão isso é importante dizê-lo; segundo é importante também dizer uma outra coisa que isso sim nos deve preocupar a todos, não só a inflação, mas há aqui uma questão que eu acho que é importante para futuro. É que o município e não só município todos nós nossas vidas, nossas empresas têm conseguido fazer obra com financiamento a custo quase zero do dinheiro, a taxa de juro muito baixa e isto não vai ser sempre assim e, portanto o próximo quadro comunitário e estas obras e é por isso a minha insistência naquilo que se planeia e sequer rapidamente para o concelho. Eu no plano e orçamento perguntei aqui algumas das obras que acho que são estratégicas para o futuro no concelho. O senhor Presidente não o disse hoje aqui, eu vou outra vez consultar o PPI, porque na altura na aprovação eu não os vi lá. Mas na próxima Assembleia, eu volto a perguntar ou então deixamos para o próximo plano e orçamento.» -----

#### **4. Alteração modificativa ao orçamento da despesa e ao plano plurianual de investimentos; -----**

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada aprovação da 2.º alteração modificativa ao orçamento da despesa e ao plano plurianual de investimentos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação: -----

-----Pelos 00h 08 min saiu da sala o seguinte membro efetivo: -----

- Maria José Pacheco Meireles Magalhães, Partido Socialista. -----

-----Sem Intervenções. -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por unanimidade, com 34 votos, aprovar a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa e ao plano plurianual de investimentos. -----

**5. Alteração ao mapa de pessoal 2022;**-----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da alteração ao mapa de pessoal de 2022, decorrente da transferência de competências do Ministério da Educação para o Município de Lousada, nos termos do n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação. -----

-----Sem Intervenções. -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista nos termos do n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por unanimidade, com 34 votos, aprovar a alteração ao mapa de pessoal 2022. -----

-----**Pelas 00h1 1 min entrou na sala o seguinte membro efetivo:** -----

- Maria José Pacheco Meireles Magalhães, Partido Socialista. -----

**6. Centro de Formação Profissional e Qualificação - Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei - assunção de compromissos plurianuais; -----**

-----Pelas 00h12min saiu da sala o seguinte membro efetivo: -----

- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, Coligação Acreditar Lousada.

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, aprovação da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, relativo à aquisição do prédio rústico, sito em Chamusca, na freguesia de Caíde de Rei, concelho de Lousada, para o Centro de Formação Profissional e Qualificação - Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei, do seguinte modo: 75.000,00€(setenta e cinco mil euros) aquando da escritura; 75.000,00€(setenta e cinco mil euros), até 30 abril de 2023; 75.000,00€(setenta e cinco mil euros), até 30 abril de 2024 e 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), até 30 abril de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual. -----

-----**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Pedro Machado:** «Só para me congratular, creio que todos nós nos congratulamos com a esta aquisição. Vem na sequência do anúncio do projeto do Centro de Formação do Instituto de Emprego. Já assinei em Lisboa um protocolo e está a ser constituído, ou já foi constituído, um grupo de trabalho para começar a agilizar este projeto. E, vai ser efetivamente um projeto que vai alavancar o desenvolvimento social do nosso concelho e da nossa região, porque esse Centro de Formação vai dar resposta não só ao concelho, mas a toda a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. E uma das dificuldades que nós tínhamos identificado era efetivamente conseguir a aquisição do terreno necessário, porque aquilo que nos foi solicitado era um terreno com cerca de 20 mil m<sup>2</sup> e era uma dificuldade consegui-lo naquele local a preços razoáveis, e conseguirmos. E, queria aqui só

lestri  
M  
R

castro  
[Handwritten marks]

manifestar publicamente o apreço perante os proprietários que tiveram disponíveis e sensíveis também e sobretudo para ponderarem o objetivo que está subjacente a esta aquisição. E, creio que isso também terá ponderado na decisão desses proprietários. Deixar assim aqui este registo de apreço pela colaboração dos proprietários para alienarem este terreno à Câmara Municipal, por este valor e com esta modalidade de pagamentos, pagando em 4 anos.» -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual a Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por unanimidade, com 34 votos, aprovar a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, relativo à aquisição do prédio rústico, sito em Chamusca, na freguesia de Caíde de Rei, concelho de Lousada, para o Centro de Formação Profissional e Qualificação - Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei, do seguinte modo: 75.000,00€(setenta e cinco mil euros) aquando da escritura; 75.000,00€(setenta e cinco mil euros), até 30 abril de 2023; 75.000,00€(setenta e cinco mil euros), até 30 abril de 2024 e 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), até 30 abril de 2025. -----

**7. Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo - Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Meinedo no valor de 16.739,32€, para obras de manutenção e substituição da iluminação do pavilhão; -----**

----- A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Meinedo, no valor de 16.739,32€ (dezasseis mil setecentos e trinta e nove euros e trinta e dois cêntimos), para obras de manutenção e substituição da iluminação do Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Sem Intervenções. -----

Costa  
M  
R

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por unanimidade, com 34 votos, aprovar a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Meinedo, no valor de 16.739,32€ (dezasseis mil setecentos e trinta nove euros e trinta e dois cêntimos), para obras de manutenção e substituição da iluminação do Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo. -----

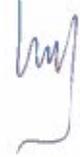
**8. Contratos Interadministrativos de delegação de Competências a celebrar entre este Município e a J.F. de Aveleda, J.F. de Caíde de Rei, J.F. de Sousela, U.F. de Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Santa Margarida), U.F. de Figueiras e Covas e U.F. de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga; -----**

----- A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33º conjugado com a al. k) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º. 75/2013, de 12/09, a aprovação dos contratos interadministrativos de delegação de competências tendo por objeto a área das refeições escolares, no que concerne ao transporte de refeições, entre o Município de Lousada e as seguintes Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia de Aveleda; Junta de Freguesia de Caíde de Rei; Junta de Freguesia de Sousela; União de Freguesias de Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Santa Margarida); União de Freguesias de Figueiras e Covas e, União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, nos termos do artigo 120.º, conjugado com o artigo 131.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Sem Intervenções. -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista alínea a al. k) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei nº. 75/2013, de 12/09, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por unanimidade, com 34 votos, aprovar os contratos interadministrativos de delegação de competências tendo por objeto a área das refeições escolares, no que concerne ao transporte de refeições, entre o Município de Lousada e as seguintes Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia de Aveleda; Junta de Freguesia de Caíde de Rei; Junta de Freguesia de Sousela; União de Freguesias de Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Santa Margarida); União de Freguesias de Figueiras e Covas e, União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, nos termos do artigo 120.º, conjugado com o artigo 131.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

lcostre  
  


**9. Conselho Municipal de Educação (quadriénio 2021/2025) - Nomeação;** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da nomeação dos elementos que integram o Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2021/2025, nos termos constantes na informação n.º 5813/22 de 01 de abril de 2022, protagonizada pela Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto, ao abrigo do disposto no artigo 58º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual. -----

----**Pelas 00h16min entrou na sala o seguinte membro efetivo:** -----

- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, Collgação Acreditar Lousada.

-----Sem intervenções. -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:** -----

-----**DELIBERAÇÃO:** No uso da competência prevista no disposto no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação

atual, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou, por unanimidade, com 35 votos, aprovar a nomeação dos elementos que integram o Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2021/2025, nos termos constantes na informação n.º 5813/22 de 01 de abril de 2022, protagonizada pela Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto.

relatório  
M  
~  
R

**10. Relatório de execução orçamental e financeira - 4.º trimestre 2021 da Lousada Século XXI;**-----

-----A Câmara Municipal de Lousada submete para apreciação da Assembleia Municipal o Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 4º Trimestre 2021, da Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M- Sociedade Unipessoal Lda., apresentado pelo seu Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo, em cumprimento do disposto no art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela lei n.º 69/2015.-----

-----Sem intervenções. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Em cumprimento do disposto no art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, a Assembleia Municipal de Lousada apreciou o Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 4º Trimestre 2021, da Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal Lda., apresentado pelo seu Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo, com a presença dos 35 membros presentes na sessão. -----

**11. Instrumentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício de 2021 da Lousada Séc. XXI.** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada remete para conhecimento pela Assembleia Municipal dos Instrumentos de Prestação de Contas (Relatório

de Gestão, Contas do Exercício, e a proposta de aplicação de resultados), relativos ao exercício de 2021, devidamente acompanhadas da Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único, relativo ao ano 2021, da Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M- Sociedade Unipessoal Lda., nos termos do art.º 42.º e art.º- 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual.-----

-----**Intervenção do Membro Municipal Gaspar Ribeiro, Coligação Acreditar Lousada:** «Eu relativamente a este assunto, já o fiz várias vezes e eu acho que estamos todos de acordo que esta é uma daquelas empresas que se já passava dificuldades com a questão do covid e de encerramento e por aí fora ... tudo se agravou e eventualmente tudo ficou pior. Mas aquilo que eu acho que era fundamental e era essa intervenção que queria aqui fazer uma vez mais, era perceber qual é o plano de ação? Eu acho que é uma empresa importante, já o disse várias vezes, ela tem um objeto social extremamente lato, nunca foi exercido objeto social nem um 1/3, disse isso muitas vezes em reuniões de Câmara. E, eu acho que esta é a altura para que junto da administração, Câmara Municipal, também, acho que todos nós aqui na Assembleia municipal podemos estar disponíveis para dar o nosso contributo, mas acho que era fundamental que se aprovasse, se lineasse, se estudasse, pensasse um plano de ação conjugado com os vários espetro do objeto social, porque é enorme. E, se nós tivermos só confinados à piscina em si como dizia Leonel Vieira e volto a dizer há 2 tanques de água, nós vamos ter sempre ali um problema. E, portanto era esta sugestão queria aqui deixar, acho que é importante pensar nisto. Provavelmente a empresa, independentemente da gestão não tenho elementos para sequer fazer essa avaliação, agora sei que houve pela questão pandémica, houve aqui naturalmente o encerramento, houve tudo aquilo que agravou. Mas, já antes tinha problemas e portanto eu acho que era é importante pensar nesta questão.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal João Correia, Partido Socialista**

«Relativamente a isto parece-me que estas contas refletem aquilo que foi o impacto da pandemia na atividade empresarial e muito concretamente na atividade da Lousada Século 21. Continuo a achar que esta empresa e a forma como ela existe, já por várias vezes todos os anos debatemos esta empresa aqui nesta Assembleia Municipal, é uma empresa que traz um conceito económico ao nosso concelho que é o conceito de bens de mérito, não são só 2 tanques de água, isso são expressões que ficam para quem as usam. Como é óbvio que ele tem muito mais do que isso, tem serviços de bem-estar, *forever...* Agora, como é óbvio algo que nós temos de valorizar enquanto concelho e que devemos exponenciar e para isso temos um objeto social largo, mas há muitas empresas que têm páginas e páginas e páginas de objeto social e fazem 1 ou 2,3 coisas, isso não significa rigorosamente nada. Agora o que eu concordo é que se defina efetivamente o rumo a traçar e a recuperação, que eu acho que já deve estar a ser sentida. Eu não sei os indicadores, mas provavelmente já está a ser sentida, porque o pós-covid também leva ao contrário, não é?!... Durante o covid as pessoas deixaram de ir lá pelos motivos que todos conhecemos e, neste momento toda a gente quer é sair de casa e dar umas braçadas e fazer as atividades que lá se fazem. Portanto, acho que há -de merecer até um acolhimento unânime nas contas apresentadas estas justificações.»-----

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Pedro Machado:**

«É evidente que podemos sempre repensar o futuro da empresa ou de novas abordagens e assumir outras valências que caibam no objeto social, mas nunca podemos perder de vista que as empresas municipais para poderem sobreviver, do ponto de vista legal, não podem dar prejuízo em mais do que dois anos consecutivos e, por outro lado, o valor do financiamento municipal não pode ser superior a 50% das suas receitas, no fundo tem que gerar receitas próprias superiores a 50%. -----

-----E, portanto, todas as outras valências do ponto de vista social, desportivo etc., que queiramos associar ou geram alguma rentabilidade ou

então não é sequer viável. -----

-----Por outro lado, dizer também que se é verdade que antes do covid empresa já teve problemas, esse antes é mesmo muito antes, porque levamos aqui àqueles anos em que nós discutíamos muito aqui nesta Assembleia Municipal, a questão do desempenho da Século XXI, em que nós dizíamos que o que estava a prejudicar as contas da Século XXI era o facto de o património estar na sua propriedade e portanto as amortizações tinham ali um efeito pernicioso no desempenho económico-financeiro da empresa e, vocês diziam que não e o certo é que nós depois mudamos isso e as contas começaram a bater certo ou melhor elas já batiam certo, começaram a ter um registo favorável. -----

-----E, antes do covid a empresa tinha uma situação perfeitamente equilibrada e tem condições para continuar nesse registo. O grande problema que houve aqui foi mesmo a covid como diz no relatório, porque esteve encerrada de 15 de janeiro a 05 de abril o ginásio e até 3 de maio as restantes atividades e depois da retoma também foi muito devagarinho, porque as pessoas tinham medo de ir para a piscina basicamente com a questão da Covid. -----

-----Nós no contrato programa que fizemos para este ano o que ficou previsto lá em termos de transferências do município para fazer face aos preços sociais, creio que é na ordem dos 190 mil que tem o incremento face aquilo que era do registo dos anos anteriores, mas que a administração das piscinas queria que fosse superior. -----

----- E, nós achamos que não devia, porque achamos que devemos ser exigentes perante o próprio Conselho de Administração para, enfim, fazer aquilo que nós fazemos que é governar em contexto de dificuldade. -----

-----E, creio que vão conseguir, os últimos relatórios já apontam nesse sentido, tem havido uma retoma bastante significativa nas atividades das piscinas, portanto creio que vamos chegar ao final deste ano, se não houver mais nenhum facto inesperado no mesmo registo que tínhamos antes da covid. -----

-----Relativamente a outras valências podemos pensar nelas, mas a Câmara tem que depois fazer transferências financeiras para o efeito, a não ser que sejam atividades que gerem receita como seria a área do ambiente, água, saneamento, etc., que também é uma possibilidade no futuro, mas porque efetivamente começa a ter cada vez mais corpo e mais resiliência. Mas não está nessa área previsto nada, portanto não intencionamos mudar a abordagem e dar mais valências, porque isso iria trazer também aqui outro tipo de problemas do ponto de vista da sustentabilidade financeira da empresa.» -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Em cumprimento nos termos do art.º 42.º e art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31, de agosto na sua redação atual a Assembleia Municipal de Lousada tomou conhecimento dos Instrumentos de Prestação de Contas (Relatório de Gestão, Contas do Exercício, e a proposta de aplicação de resultados), relativos ao exercício de 2021, devidamente acompanhadas da Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único, relativo ao ano 2021, da Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas – E.M- Sociedade Unipessoal Lda., com a presença dos 35 membros presentes na sessão. -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Não houve intervenção do Público. -----

-----Pelos 00h22min saiu da sala definitivamente o seguinte membro efetivo: -----

• João Carlos Correia, Partido Socialista. -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro Municipal: -----

- **Armando da Costa Silva**, Presidente da Junta da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

-----Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que,

após ter sido lida, foi aprovada, por unanimidade de 34 votos e que fica apensa a esta ata. -----

-----A sessão foi dada por encerrada às 00h30min-----

Lousada, 29 de abril e 2022

**A Presidente da Assembleia Municipal**

Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

**O 1º Secretário**

José Bernardino Pinto Nogueira José Bernardino Pinto Nogueira

**O 2º Secretário**

Rúben João Pinto Bessa Rúben João Pinto Bessa

**ATA APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 de JUNHO 2022, POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES PARTICIPANTES NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022.**